



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Ana Caroline Dias Calaça

Como o crescimento da extrema direita incide sobre as políticas de cooperação da Alemanha na União Europeia em temas de imigração e integração: estudo comparativo com o caso da França (2020-2024).

Trabalho de conclusão de curso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Guilherme Sorgine

Rio de Janeiro
Dezembro de 2025

Agradecimentos

À minha família, por todo amor e cuidado. À minha mãe, Claudia, e ao meu pai, Maurício, que me apoiaram em toda a trajetória universitária e nunca me pressionaram na escolha do curso. Minha formação também é de vocês.

Ao meu orientador, Guilherme Sorgine, por me ajudar a moldar este trabalho e acreditar na minha capacidade.

Aos amigos que fiz na faculdade, que tornaram a experiência universitária mais leve e divertida, mesmo quando ainda vivíamos o caos da pandemia.

Aos professores que me acompanham desde o primeiro semestre, Ricardo Oliveira e Diego Santos, por quem sempre terei enorme carinho e admiração.

Às minhas amigas de infância, Gabi e Bruna, que mesmo sem entenderem exatamente o papel de um internacionalista, me acham muito chique — e eu adoro.

Ao ProUni, pela oportunidade de estudar em uma instituição renomada e pelos benefícios que me sustentaram ao longo de todos os semestres.

Resumo

Dias Calaça, Ana Caroline. **Como o crescimento da extrema direita incide sobre as políticas de cooperação da Alemanha na União Europeia em temas de imigração e integração: estudo comparativo com o caso da França (2020-2024)**. Rio de Janeiro, 2025. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho examina como o crescimento da extrema direita na Alemanha e na França entre os períodos de 2020 e 2024 redefine suas posturas de cooperação dentro da União Europeia, tomando como referência o Fundo Europeu de Recuperação e as políticas migratórias. Partindo de uma abordagem qualitativa e comparativa, a pesquisa investiga de que maneira a memória histórica — especialmente a cultura da culpa alemã — pode atuar como variável explicativa para o avanço desses movimentos, influenciando tanto a formulação de políticas quanto a disposição dos Estados em articular consensos no bloco.

Palavras-Chave

Memória histórica; Cooperação internacional; Extrema direita; Alemanha; União Europeia.

Sumário

1. Introdução: Contextualização do tema.....	5
1.1. Objeto e Problema de pesquisa.....	6
1.2. Metodologia.....	6
1.3. Justificativa de estudo comparativo e relevância.....	7
2. Revisão de Literatura e Marco Teórico.....	8
2.1. Contexto da Integração da União Europeia.....	8
2.2. Conceito de cultura e memória coletiva.....	10
2.2.1. A culpa germânica como categoria cultural.....	12
2.3. França e Alemanha como motores da integração europeia.....	14
2.3.1. O papel da cultura na formação de alianças e consenso.....	15
2.4. O crescimento da extrema direita na Alemanha (2020–2024).....	17
2.5. O crescimento da extrema direita na França (2020-2024).....	19
3. Análise Comparativa: Alemanha e França no contexto da UE (2020–2024).....	21
3.1. Alemanha: memória histórica, ascensão da extrema direita e postura cooperativa.....	21
3.2. França: tradição política, identidade nacional e postura cooperativa.....	22
3.3. Cooperação bilateral e multilateral.....	23
3.3.1. Instrumento de Recuperação da União Europeia.....	24
3.3.2. Políticas Migratórias.....	26
3.4. Convergências e divergências na condução da integração europeia.....	29
4. Discussão dos Resultados.....	31
4.1 O papel da culpa germânica como variável cultural explicativa.....	32
4.2. Impactos do crescimento da extrema direita na Alemanha sobre sua postura cooperativa.....	34
4.3. Diferenças em relação à França: lições comparativas.....	36
5. Conclusão.....	39
5.1. Limitações do estudo.....	40
6. Referências.....	41

1. Introdução: Contextualização do tema

A memória histórica, especialmente no contexto europeu pós-Segunda Guerra Mundial, tem desempenhado um papel fundamental na configuração das políticas nacionais dentro da União Europeia (Verheyen, 2023). No caso da Alemanha, a lembrança coletiva da culpa pelo Holocausto e pelas violências nazistas tem sido um elemento central na formação de uma cultura política de responsabilidade e cooperação internacional. Essa cultura, marcada por um compromisso com a paz e a integração regional, tem influenciado fortemente a postura alemã nas políticas europeias, promovendo alianças e consensos que sustentam a construção do projeto europeu.

No entanto, o avanço recente da extrema direita em países europeus, especialmente na Alemanha entre 2020 e 2024, sinaliza uma possível transformação deste quadro cultural e político, com impacto potencial na disposição de cooperação tradicionalmente observada. No caso da França, que apresenta suas próprias dinâmicas históricas e políticas em relação à extrema direita, esta também vem crescendo, como mostra a popularização do partido *Rassemblement National*, com impactos sobre sua política de cooperação europeia, que não necessariamente seguem o mesmo padrão alemão. Tal contexto suscita questões sobre como diferentes legados históricos e culturais interferem na capacidade dos países de alinhar interesses e articular parcerias dentro da UE, sobretudo em momentos de crises globais e desafios como os da migração e recuperação econômica.

À luz do exposto, acreditamos que analisar a relação entre memória histórica, cultura política e políticas de cooperação europeia pode contribuir para uma melhor compreensão das transformações internas e das dinâmicas de poder que moldam o futuro da integração europeia. O presente estudo objetiva, portanto, uma análise comparativa entre a Alemanha e França com o fim de concluir se e como os temas de memória histórica constituem variável determinante na modificação de suas políticas de cooperação dentro do bloco da União Europeia, com particular ênfase nos temas de Fundo Europeu de Recuperação e políticas migratórias.

A escolha dos temas do Fundo Europeu de Recuperação e das políticas migratórias como eixos de análise decorre de sua relevância enquanto campos em que se manifesta, de forma concreta, a influência da memória histórica sobre as decisões políticas contemporâneas. O Fundo de Recuperação, criado em resposta à crise provocada pela pandemia de COVID-19, reatualiza o debate sobre solidariedade e responsabilidade coletiva entre os Estados-membros — princípios

que, sobretudo no caso alemão, remetem diretamente ao compromisso pós-Segunda Guerra Mundial com a reconstrução e a integração europeia. Já as políticas migratórias expõem tensões entre os ideais humanitários e universalistas da União Europeia e a ascensão de discursos nacionalistas e excludentes, que reativam memórias de conflitos e exclusões históricas no continente. Assim, ambos os temas constituem arenas privilegiadas para observar como diferentes legados históricos, especialmente diante do crescimento da extrema direita, influenciam as orientações políticas e a disposição à cooperação entre países como Alemanha e França.

1.1. Objeto e Problema de pesquisa

Ao comparar a Alemanha com a França — parceiros com dinâmicas culturais e políticas distintas, mas que compartilham significativo grau de influência no seio da UE —, busca-se identificar como divergências na memória histórica afetam o engajamento em temas essenciais para o processo de integração europeu, dentre os quais se escolheu o Fundo Europeu de Recuperação e políticas migratórias. A investigação se concentrará, portanto, na comparação do atual crescimento da extrema direita alemã entre 2020-2024 (Lemke 2020) e do fenômeno de características da ascensão da extrema-direita na França, permitindo observar convergências e divergências na formação de coalizões e na adoção de políticas comuns.

Ao fim do trabalho, buscar-se-á entender se o avanço da extrema-direita e o enfraquecimento da memória histórica em ambos os países fragiliza suas perspectivas de cooperação dentro da União Europeia.

1.2. Metodologia

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e comparativo, voltada à compreensão de como fatores culturais e históricos influenciam as políticas de cooperação da Alemanha e da França no âmbito da União Europeia entre 2020 e 2024. A escolha do método qualitativo se justifica pela natureza do problema de pesquisa, que envolve a interpretação de discursos, narrativas e práticas políticas, mais do que a mensuração de variáveis numéricas.

O estudo será conduzido a partir de uma estratégia comparativista, permitindo observar convergências e divergências entre os dois casos selecionados — Alemanha e França —, com particular atenção sobre o impacto do crescimento da extrema-direita em suas posturas

cooperativas na UE. A comparação busca evidenciar como diferenças na memória histórica, especialmente a "cultura da culpa" alemã, afetam a disposição dos dois países em alinhar posições e articular consensos no bloco.

Com o emprego da metodologia proposta, espera-se avaliar de que maneira a ascensão da extrema-direita neofascista influencia a cooperação da Alemanha e da França na condução de políticas europeias de imigração, integração e recuperação econômica, bem como identificar a relevância da memória histórica como variável explicativa para essas dinâmicas.

1.3. Justificativa de estudo comparativo e relevância

A integração europeia tem sido marcada por processos de cooperação intensos, com os países formando coalizões que representam um movimento em direção ao livre-comércio, buscando vantagens econômicas, cujos fatores políticos e econômicos são amplamente estudados (Appleyard; Field; Cobb, 2010). Contudo, aspectos culturais também influenciam a maneira como países interagem e estabelecem alianças. A Alemanha, como principal economia da União Europeia, constitui um caso relevante para investigar como o esquecimento da culpa germânica - característica cultural pós-nazismo amplamente reconhecida na literatura sobre o tema (Langenbacher 2010; Langenbacher 2014) - pode afetar sua postura cooperativa em relação a outros países do bloco.

A relevância do estudo está na contribuição para o entendimento das dinâmicas políticas intra-europeias em um momento marcado por crises globais, transformações políticas internas e a ascensão de movimentos neofascistas. Ao comparar a Alemanha com a França, o trabalho busca oferecer uma perspectiva aprofundada sobre como legados culturais e históricos influenciam a capacidade dos países de articular consensos e liderar iniciativas multilaterais na UE. Além disso, visa a esclarecer a importância de preservar a memória histórica para fortalecer a cooperação regional e a integração europeia, valores fundamentais para a paz, a democracia e o respeito aos direitos humanos no continente.

2. Revisão de Literatura e Marco Teórico

2.1. Contexto da Integração da União Europeia

A reconstrução europeia pós Segunda Guerra Mundial foi o principal motivo para a integração, dada a necessidade de paz e reconstrução dos países por conta da devastação da guerra, e seu desejo de buscar cooperação econômica e política para evitar possíveis conflitos futuros.

[...] o processo de integração europeia positivou-se como resposta aos problemas ocasionados pela Segunda Guerra Mundial, convertendo-se, a Comunidade Europeia, progressivamente, no epicentro dessa unificação, dando lugar posteriormente à União Europeia e a seu contínuo desenvolvimento econômico, político e social. (OLIVEIRA, 2002, apud ROCHA, 2021)

O processo começou com a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951 e evoluiu para a Comunidade Econômica Europeia (CEE) em 1957, culminando na formação da União Europeia (UE) em 1993, estabelecendo um mercado único, a livre circulação e uma moeda comum, o euro.

O Tratado da União Europeia (TUE) - Tratado de Maastricht -, foi assinado em 1992 e nele estão os 3 pilares do bloco: as Comunidades Europeias, Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e Justiça e Assuntos Internos (JAI). A consolidação da União Europeia foi fortalecida por tratados posteriores, como o Tratado de Amsterdão (1997), que ampliou as competências da UE em temas de justiça e segurança; o Tratado de Nice (2001), que reformou as instituições para a ampliação rumo ao leste; e o Tratado de Lisboa (2007), que conferiu personalidade jurídica única à União, reforçou o papel do Parlamento Europeu e institucionalizou o cargo de presidente do Conselho Europeu. Esses avanços refletem o amadurecimento do projeto de integração e o fortalecimento do conceito de cidadania europeia (VOLPINI, 2011).

Os tratados definiram os critérios para a futura moeda única, o Euro, lançando as bases para uma integração econômica mais profunda, além de também ter instituído a cidadania europeia, concedendo aos cidadãos dos estados-membros direitos como o de votar e participar nas eleições locais e europeias. A cidadania da União consta no artigo 9º do tratado TUE:

Artigo 9.o Em todas as suas atividades, a União respeita o princípio da igualdade dos seus cidadãos, que beneficiam de igual atenção por parte das suas instituições, órgãos e organismos. É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania da União acresce à cidadania nacional e não a substitui.

E também consta no artigo 20.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE):

1. É instituída a cidadania da União. É cidadão da União qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-Membro. A cidadania da União acresce à cidadania nacional e não a substitui. 2. Os cidadãos da União gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres previstos nos Tratados. Assistem-lhes, nomeadamente: [...]

Os artigos reforçam os direitos de ir e vir, direito de voto, direito de proteção e direitos políticos. Assim compreendemos que o direito de ser Cidadão da União é um fator fundamental no desenvolvimento de uma identidade europeia, uma nacionalidade acrescida à cidadania nacional, mostrando a igualdade entre as populações e criando vínculos similares para a obter maior integração possível entre os Estados. A cidadania europeia não se limita a um conjunto de direitos jurídicos, mas também expressa um ideal de identidade coletiva supranacional. Segundo Habermas (2001), o projeto europeu busca uma “solidariedade pós-nacional”, onde os cidadãos se reconhecem como parte de uma comunidade política que transcende o Estado-nação. Outros autores, como Bruter (2005), enfatizam que a identidade europeia é construída tanto por dimensões cívicas (direitos e instituições) quanto culturais (símbolos, história e valores compartilhados). Assim, o reconhecimento mútuo e a mobilidade dentro do espaço europeu reforçam o sentimento de pertencimento e a legitimidade do projeto integracionista.

Apesar dos avanços e das implementações de tratados, o processo de integração europeia enfrenta desafios recorrentes, a exemplo da crise financeira e do Fundo Europeu de Estabilidade (2010–2012), originada com o colapso das economias de países do sul da Europa, como Grécia, Portugal e Espanha, que revelou as limitações da união econômica sem uma plena união fiscal. As medidas de austeridade impostas e as divergências entre Estados-membros do norte e do sul evidenciaram as tensões entre solidariedade europeia e soberania nacional, questionando o equilíbrio institucional da União (BLYTH, 2017).

Da mesma forma, as crises migratórias, especialmente a partir de 2015, colocaram em xeque os valores fundacionais da União Europeia, como a liberdade de circulação e o respeito aos direitos humanos. O aumento expressivo de fluxos migratórios provenientes do Oriente Médio e da África expôs a falta de consenso entre os Estados-membros sobre políticas de acolhimento e fronteiras, acirrando o euroceticismo e a ascensão de movimentos nacionalistas.

Esses episódios demonstram que a construção da cidadania e da identidade europeia permanece um processo dinâmico e em disputa, sujeito às pressões políticas, econômicas e sociais que atravessam o continente. Ao mesmo tempo, revelam a resiliência do projeto europeu e a constante necessidade de reafirmar os princípios de solidariedade e integração que o fundamentam.

2.2. Conceito de cultura e memória coletiva

O conceito de cultura é muito amplo e de difícil definição. Nas Relações Internacionais, é entendido como o conjunto de valores, crenças, práticas sociais, padrões de comportamento e símbolos que são historicamente construídos e compartilhados por um grupo social ou uma nação, moldando sua identidade, percepções e ações no cenário global (GEERTZ, 2008).

Na prática, a cultura influencia a maneira como os países interagem, estabelecem alianças e conduzem a diplomacia, sendo considerada um elemento central para compreensão de identidades nacionais e interesses políticos. Autores importantes na área, como Alexander Wendt (1999), destacam que a cultura é um dos principais fatores que constroem as identidades dos atores internacionais. Em sua análise construtivista, Wendt (1999) postula que os elementos-chave que moldam a política internacional não são apenas capacidades materiais, como poder militar ou recursos econômicos, mas também ideias, crenças e identidades. Além disso, a cultura pode ser um instrumento estratégico nas relações internacionais, por meio da diplomacia cultural, que visa difundir a cultura nacional no exterior, criar entendimento mútuo e fortalecer relações políticas e econômicas. Keohane (1984) também reconhece o papel indireto da cultura através das instituições e práticas que sustentam a cooperação e a interdependência no sistema internacional, refletindo sobre como a estabilidade e os valores coletivos ajudam a manter a ordem e a cooperação entre países.

Compreender a cultura implica, portanto, analisar também suas dimensões internas. O modelo de Geert Hofstede (2001) descreve as culturas nacionais a partir de seis dimensões. O índice de distância do poder mostra o quanto uma sociedade aceita a desigualdade entre seus

membros. O individualismo versus coletivismo indica se o foco está no indivíduo ou no grupo. A dimensão de masculinidade versus feminilidade diferencia culturas que valorizam competitividade e sucesso daquelas que priorizam cooperação e qualidade de vida. O índice de prevenção de incertezas mede a tolerância à ambiguidade e à mudança. A orientação de longo ou curto prazo reflete o foco em valores tradicionais ou no planejamento e adaptação ao futuro. Por fim, a indulgência versus restrição avalia o grau de liberdade que uma sociedade concede à satisfação de desejos e prazeres humanos.

Esse modelo é uma ferramenta relevante para entender como as diferenças culturais influenciam comportamentos e decisões em diversos contextos sociais, políticos e organizacionais. A cultura nacional é um dos fatores que molda a identidade do Estado, desempenhando um papel crucial na determinação de sua política externa (WENDT, 1999). Os interesses nacionais não são simplesmente dados; eles são formados por meio da identidade e das compreensões intersubjetivas da comunidade internacional.

A cultura não apenas define valores e comportamentos, mas também conserva e transmite memórias compartilhadas. É através dela que as sociedades constroem narrativas sobre seu passado, selecionando acontecimentos, símbolos e heróis que reforçam sua identidade coletiva. O conceito de memória coletiva, formulado por Maurice Halbwachs (1990), destaca que as lembranças são sempre socialmente moldadas — ou seja, cada grupo mantém uma representação do passado que orienta sua coesão e suas ações no presente. A memória coletiva atua como um instrumento de continuidade cultural e política, influenciando a maneira como as nações interpretam suas experiências históricas e projetam seu papel no cenário internacional.

Complementando essa perspectiva, Pierre Nora (1984) introduz o conceito de lugares de memória (*lieux de mémoire*), enfatizando que a memória se materializa em símbolos, monumentos, comemorações e rituais que preservam a identidade de um grupo. Esses elementos funcionam como pontos de ancoragem do passado no presente, conferindo sentido e pertencimento. Já Jan Assmann (1995) diferencia entre memória comunicativa — transmitida oralmente e ligada à experiência viva — e memória cultural, que se cristaliza em instituições, textos, e práticas simbólicas, garantindo a durabilidade da identidade coletiva ao longo do tempo.

Nas Relações Internacionais, a memória coletiva adquire relevância especial por influenciar a construção de narrativas nacionais e regionais, moldando percepções sobre o “nós” e o “outro”. No contexto europeu, por exemplo, a integração pós-Segunda Guerra Mundial foi

acompanhada por um esforço de reconstrução da memória comum, baseada em valores de paz, democracia e cooperação — contrapondo-se às memórias traumáticas dos conflitos e totalitarismos do século XX. Assim, a memória coletiva atua como fundamento simbólico da identidade europeia, articulando passado, presente e futuro em torno de uma história compartilhada.

Portanto, a cultura e a memória coletiva são dimensões interdependentes: enquanto a cultura fornece o repertório simbólico de uma sociedade, a memória define o modo como esse repertório é lembrado, reinterpretado e transmitido. Ambas constituem pilares para a compreensão das identidades políticas e dos processos de integração, como o europeu, onde o compartilhamento de valores e lembranças comuns serve de base para a consolidação de uma comunidade de destino.

2.2.1. A culpa germânica como categoria cultural

A culpa germânica, frequentemente associada ao termo alemão "*Schuld*" ou ao conceito de "*Vergangenheitsbewältigung*"¹ (o enfrentamento do passado), emerge como uma categoria cultural profundamente enraizada na memória coletiva alemã, moldando a identidade nacional e influenciando as Relações Internacionais. Esse fenômeno cultural refere-se à responsabilidade histórica atribuída à Alemanha pelos horrores do nazismo, do Holocausto e da Segunda Guerra Mundial, que se tornou um elemento constitutivo da autoimagem alemã contemporânea. Segundo o historiador Norbert Frei (2002), a culpa germânica não é apenas um sentimento moral individual, mas uma construção social que permeia instituições, discursos públicos e práticas políticas, funcionando como um mecanismo de legitimação para a democracia pós-guerra e a integração europeia.

Do ponto de vista construtivista, a culpa germânica ilustra como a memória coletiva, conforme descrita por Halbwachs (1990), é seletiva e instrumentalizada para reforçar identidades. A Alemanha, após 1945, construiu uma narrativa de arrependimento e responsabilidade, simbolizada por monumentos como o Memorial do Holocausto em Berlim e rituais como o Dia da Lembrança, que Nora (1984) classificaria como "lugares de memória". Esses elementos não apenas preservam o passado traumático, mas também orientam ações presentes, como a política

¹ Vergangenheitsbewältigung é um termo associado diretamente ao processo alemão de chegar a um acordo com a história do passado Socialista Nacional e o Holocausto. Disponível em: <https://shre.ink/qKNt> 20 out. 2025

externa alemã de promoção da paz e dos direitos humanos. Assmann (1995) complementa essa análise ao distinguir entre memória comunicativa — transmitida pelas gerações sobreviventes — e memória cultural, institucionalizada em leis, como a Lei de Responsabilidade Alemã de 1953, que garante a transmissão intergeracional dessa culpa.

Nas Relações Internacionais, a culpa germânica opera como um filtro cultural que modula as percepções alemãs sobre alianças e conflitos. Wendt (1999) argumentaria que essa categoria cultural constrói uma identidade alemã baseada em valores de pacifismo e multilateralismo, contrastando com identidades mais assertivas de outras nações. Por exemplo, a relutância alemã em intervenções militares unilaterais, como observado na Guerra do Kosovo em 1999, reflete essa internalização da culpa, priorizando a cooperação europeia sobre ações solitárias. Além disso, no contexto da União Europeia, a culpa germânica contribui para a narrativa de uma "Europa unida contra o passado", facilitando a integração alemã-francesa e a promoção de valores compartilhados, como a democracia e os direitos humanos, conforme discutido por Keohane (1984) em termos de instituições que sustentam a interdependência.

No entanto, essa categoria cultural não é estática; ela evolui com o tempo e gera tensões. Críticos, como o sociólogo Jeffrey Herf (1997), apontam para um "revisionismo" emergente, onde jovens gerações questionam a perpetuação da culpa como uma forma de "culpa coletiva" excessiva, potencialmente limitando a autonomia alemã em questões globais. Do modelo de Hofstede (2001), a culpa germânica pode ser vista como uma manifestação de orientação de longo prazo, onde valores tradicionais de responsabilidade histórica coexistem com adaptações ao futuro, como a liderança alemã em iniciativas de sustentabilidade e direitos humanos no cenário internacional.

Em suma, a culpa germânica exemplifica a interdependência entre cultura e memória coletiva, atuando como um pilar da identidade alemã que influencia não apenas a política interna, mas também as dinâmicas globais. Ela reforça a tese de que as identidades nacionais são construídas intersubjetivamente, moldando alianças e percepções no sistema internacional, e serve como um caso paradigmático para analisar como traumas históricos persistem e orientam ações contemporâneas.

2.3. França e Alemanha como motores da integração europeia

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, França e Alemanha assumiram o papel de protagonistas do processo de integração europeia, transformando uma antiga rivalidade histórica em uma parceria estratégica fundamental para a paz e o desenvolvimento do continente (SCHUMAN, 1950). A reconciliação franco-alemã, simbolizada pelo encontro entre o chanceler Konrad Adenauer e o presidente Charles de Gaulle nos anos 1960, deu origem a uma cooperação política e econômica que se tornaria o verdadeiro motor da construção europeia. A assinatura do Tratado do Eliseu, em 1963, marcou oficialmente a institucionalização dessa parceria, estabelecendo mecanismos de consulta permanente em política externa, defesa e educação, além de consolidar a base da futura integração comunitária.

Desde a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) em 1951 — iniciativa que visava evitar novos conflitos por meio da integração econômica —, até a consolidação da União Europeia e da moeda única, o eixo Paris–Berlim desempenhou papel decisivo em cada etapa da unificação europeia. O Tratado de Roma (1957), o Ato Único Europeu (1986) e o Tratado de Maastricht (1992) foram todos fortemente influenciados pela cooperação entre os dois países. Enquanto a França, sob lideranças como De Gaulle, Mitterrand e Macron, enfatizava a dimensão política e soberanista da integração, a Alemanha, com líderes como Adenauer, Kohl e Merkel, impulsionava a vertente econômica e institucional, buscando estabilidade e prosperidade mútua. Essa complementaridade tornou-se o alicerce do equilíbrio europeu (DINAN, 2014; MORAVCSIK, 1998; BOURGEOIS, 2013).

Nas décadas seguintes, essa relação se expandiu institucionalmente, com a criação de órgãos conjuntos, como a Assembleia Parlamentar Franco-Alemã, encontros regulares dos ministros de Defesa e Relações Exteriores, e fundos destinados à promoção do intercâmbio cultural e educacional. O Ofício Franco-Alemão para a Juventude (OFAJ), criado em 1963, é um dos exemplos mais emblemáticos dessa aproximação, tendo promovido milhões de intercâmbios estudantis e culturais entre os dois países. Iniciativas como as parcerias entre cidades, os programas universitários integrados e o canal cultural ARTE consolidaram uma dimensão simbólica e social da integração, fundamentando um sentimento de pertencimento europeu compartilhado que vai além das esferas política e econômica.

No contexto político europeu contemporâneo, França e Alemanha continuam sendo os principais motores da integração, liderando proposições para reformas institucionais da União

Europeia, políticas ambientais conjuntas, estratégias de defesa europeia e políticas migratórias. Durante a crise do euro (2010–2012), a atuação coordenada entre Angela Merkel e Nicolas Sarkozy — conhecida como “Merkozy” — foi fundamental para a sobrevivência da zona do euro. Já em 2020, durante a pandemia da Covid-19, o plano de recuperação europeu (NextGenerationEU) nasceu de uma proposta conjunta apresentada por Emmanuel Macron e Angela Merkel, demonstrando novamente o papel decisivo do eixo franco-alemão na resposta a crises globais.

Com a eclosão da guerra na Ucrânia (2022), Paris e Berlim voltaram a cooperar de forma estreita (BOURGEOIS, 2022), tanto na formulação das sanções à Rússia, quanto no apoio à Ucrânia e no debate sobre a autonomia estratégica da Europa em matéria de defesa e energia. Apesar de divergências ocasionais — como o uso da energia nuclear, as políticas industriais e a ampliação da União Europeia —, ambos os países continuam a atuar como mediadores e articuladores dentro do bloco, promovendo o diálogo entre o Norte e o Sul, o Leste e o Oeste da Europa (MINISTÈRE DE L’EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES, 2023).

Mesmo frente a desafios recentes como crises econômicas, tensões externas e a ascensão de forças euro céticas, o eixo Paris–Berlim mantém sua relevância como pilar de estabilidade e coesão na União Europeia. Essa parceria representa mais do que uma aliança entre Estados: constitui um modelo de integração política, social e cultural, no qual o compromisso com o diálogo e a interdependência se sobrepõe às rivalidades nacionais. Assim, a relação franco-alemã evolui de uma cooperação pragmática para um símbolo duradouro da unidade europeia, sustentando o contínuo processo de construção e aprofundamento da integração continental (SCHMITTER, 2010; KOSINSKI, 2019).

2.3.1. O papel da cultura na formação de alianças e consenso

A cultura, enquanto conjunto de valores, símbolos e práticas compartilhadas, desempenha papel central na construção de alianças e consensos políticos entre os Estados. Nas Relações Internacionais, ela atua como um elemento de mediação entre interesses nacionais e percepções coletivas, contribuindo para a criação de identidades e expectativas comuns. No contexto europeu, a integração não pode ser compreendida apenas por fatores econômicos ou institucionais, mas também pela formação gradual de uma cultura política compartilhada, que

sustenta a confiança mútua e o compromisso com a cooperação (KATZENSTEIN, 1996; CHECKEL, 1999; DELANTY, 2005).

De acordo com Alexander Wendt (1999), a cultura molda as identidades e as normas que orientam o comportamento dos atores internacionais, permitindo que as relações entre Estados deixem de ser meramente competitivas para se tornarem cooperativas. Essa transformação é visível na trajetória da União Europeia, cuja consolidação se apoiou tanto em tratados e instituições quanto na internalização de valores comuns, como a paz, a solidariedade e a democracia. A cultura política europeia, portanto, constitui um elemento estruturante da integração, expressando-se em práticas diplomáticas, na partilha de responsabilidades e na busca por consensos em torno de políticas comuns (RISSE, 2010; DELANTY, 2019).

A cooperação entre França e Alemanha é um dos exemplos mais evidentes dessa dimensão cultural da política europeia. Após séculos de rivalidade, os dois países conseguiram transformar a memória do conflito em um símbolo de reconciliação, que se tornou parte do imaginário político europeu. Essa mudança não foi apenas estratégica, mas também cultural: ambos os povos passaram a valorizar a interdependência, o diálogo e a construção de uma identidade europeia comum. O Tratado do Eliseu (1963) e a criação do Ofício Franco-Alemão para a Juventude (OFAJ) são expressões concretas dessa política de aproximação cultural, que reforçou a confiança entre os governos e as sociedades civis dos dois países (SCHMIDT, 2013; FLOCKHART, 2005).

A cultura, nesse sentido, não apenas facilita o entendimento entre os Estados, mas também cria condições para o consenso político dentro das instituições europeias. Valores compartilhados, como o respeito à diversidade, o multilateralismo e a busca por equilíbrio, tornam-se referências normativas que orientam as negociações e decisões coletivas. Essa “cultura do consenso” é fundamental para o funcionamento da União Europeia, especialmente em temas sensíveis como o Fundo Europeu de Recuperação e as políticas migratórias, nos quais as diferenças históricas e culturais entre os países podem gerar tensões (CHECKEL, 2005; DELANTY, 2019).

Ao mesmo tempo, a cultura pode ser fonte de divergências, uma vez que cada Estado-membro interpreta os valores europeus à luz de sua própria experiência histórica e de sua memória coletiva. A Alemanha, marcada por uma cultura política de responsabilidade e cooperação internacional após a Segunda Guerra Mundial, tende a adotar posturas conciliatórias e

multilateralistas. Já a França, herdeira de uma tradição republicana e soberanista, busca frequentemente equilibrar a integração com a preservação de sua autonomia nacional (KROTZ & SCHILD, 2013; CRESPIY & SCHIMIDT, 2017). Ainda assim, o diálogo entre essas visões distintas demonstra como a cultura pode funcionar como espaço de mediação, permitindo que diferenças se convertam em complementaridades.

Desse modo, a cultura atua como um cimento simbólico que sustenta o edifício político da União Europeia, tornando possível a construção de alianças duradouras e a formulação de consensos em meio à diversidade. Mais do que um elemento decorativo ou secundário, ela é um componente essencial da cooperação internacional e da própria identidade europeia, refletindo a capacidade das sociedades de transformar memórias de conflito em projetos de integração e solidariedade (RISSE, 2010; DELANTY, 2005; WENDT, 1999).

2.4. O crescimento da extrema direita na Alemanha (2020–2024)

O populismo de extrema direita na Europa tem ganhado espaço e influência significativa nos últimos anos, impulsionado por fatores como estagnação econômica, insegurança social, crise do capitalismo e frustração com as políticas tradicionais. A partir de 2020 houve uma expansão na presença de partidos nacionalistas, anti-imigração e autoritários em parlamentos nacionais e no Parlamento Europeu, como por exemplo na Itália com Giorgia Meloni, na Alemanha com a Alternativa para a Alemanha (AfD) e na França com o Rassemblement National.

A partir de 2020, a Alemanha começou a testemunhar uma intensificação do apoio a movimentos e partidos de extrema direita, fenômeno que rompeu com a imagem de estabilidade política construída nas décadas anteriores. Esse avanço, liderado principalmente pela AfD, foi impulsionado por fatores diversos — desde o descontentamento com políticas migratórias e sanitárias até a insatisfação com o aumento do custo de vida e a transição energética. Entre 2020 e 2024, a presença da extrema direita consolidou-se não apenas nas urnas, mas também no debate público, refletindo uma crescente polarização social e ideológica no país (BOELL, 2024).

O princípio fundamental do partido é o nacionalismo populista de direita com forte oposição à imigração e à integração europeia, especialmente contra a política de socorro à zona do euro. Fundado em 2013, inicialmente com foco na crítica à moeda única europeia, o AfD evoluiu para um partido de extrema direita com uma agenda que inclui tendências racistas, islamofóbicas, xenófobas e até conexões com movimentos neonazistas e identitários. O partido

defende o abandono do euro, o retorno a uma moeda nacional ou a uma união monetária menor, além de políticas conservadoras e nacionalistas rigorosas.

Além disso, o AfD apresenta uma postura crítica agressiva contra a União Europeia e a OTAN, rejeitando o fornecimento de armas à Ucrânia, propondo o fim das sanções à Rússia para revitalizar a indústria alemã, e sendo contrário a políticas ambientais que considera prejudiciais à economia nacional, como a neutralidade de carbono. Apesar de sua retórica anti guerra, apoia o desenvolvimento de armas nucleares na Alemanha para garantir maior autonomia estratégica. Também defende reformas neoliberais internas, incluindo cortes nos benefícios de desemprego e maior pressão sobre os trabalhadores. Internamente, o partido é marcado por divisões, com facções que revelam radicalismos de extrema direita. O governo alemão chegou a classificar algumas dessas facções como incompatíveis com a ordem democrática básica do país, colocando-as sob vigilância de inteligência. Em suma, o AfD se posiciona como uma alternativa populista de direita radical, com uma agenda que mistura nacionalismo, neoliberalismo e posicionamentos autoritários e xenófobos.

De acordo com a Deutsche Welle (2025) nas eleições para o Parlamento Europeu de 2024, a AfD atingiu cerca de 15,9 % dos votos em nível nacional, um aumento em relação aos 11% de 2019, com percentuais ainda mais elevados nos estados da antiga Alemanha Oriental (por exemplo, 31,8% em Saxônia, 30,7% em Turíngia). Já em setembro de 2024, nas eleições estaduais em Thuringen, a AfD obteve aproximadamente 32,8% dos votos, superando o conservador União CDU/CSU com 23,6%. Esse foi o primeiro caso de um partido de extrema direita tornar-se a força mais votada em um parlamento estadual alemão desde a Segunda Guerra Mundial. Nas eleições federais de fevereiro de 2025, a AfD alcançou o segundo lugar com cerca de 20,8% dos votos, atrás da CDU/CSU com 28,6%. Esse resultado marcou seu melhor desempenho até então em nível nacional.

Em síntese, o crescimento da extrema direita na Alemanha entre 2020 e 2024 reflete transformações mais amplas no cenário político europeu, onde crises econômicas, sociais e identitárias alimentam a ascensão de forças populistas e nacionalistas. A consolidação da AfD como segunda principal força política do país demonstra a perda de hegemonia dos partidos tradicionais e o enfraquecimento do consenso democrático pós-guerra que caracterizava a política alemã. Embora a extrema direita ainda não tenha alcançado o poder nacional, sua influência sobre a agenda pública, o discurso político e a opinião social é inegável, sinalizando um processo

de normalização de ideias antes marginalizadas e desafiando os fundamentos da ordem liberal democrática.

2.5. O crescimento da extrema direita na França (2020-2024)

Nas últimas décadas, a França tem sido um dos principais laboratórios políticos para a ascensão da extrema direita na Europa (The Economist, 2023). Desde a fundação da Frente Nacional por Jean-Marie Le Pen em 1972 — hoje renomeada *Rassemblement National* (RN) — o país testemunhou a transformação de um movimento marginal em uma das forças políticas mais influentes da atualidade. Entre 2020 e 2024, esse processo se intensificou, impulsionado por fatores como a crise do custo de vida, o aumento da inflação, o descontentamento com as políticas de Emmanuel Macron e o sentimento de insegurança social e identitária.

Sob a liderança de Marine Le Pen e, posteriormente, de Jordan Bardella, o *Rassemblement National* consolidou sua imagem como representante do “povo francês contra as elites” e ampliou sua base eleitoral entre as classes médias e populares. A estratégia de “desdemonização” (MAYER, 2008) do partido — que buscou suavizar o discurso extremista e aproximá-lo de temas cotidianos, como poder de compra e segurança — permitiu à extrema direita francesa alcançar resultados históricos, tornando-se um ator central no cenário político da Quinta República.

Entre 2020 e 2024, o partido *Rassemblement National* (RN) consolidou-se como protagonista central da política francesa, atingindo resultados inéditos e mudando o perfil do sistema partidário. Nas eleições para o Parlamento Europeu de 2024, o RN obteve 31,37% dos votos em nível nacional, marcando um recorde para um partido francês em eleições europeias. Em algumas regiões, seu desempenho foi ainda mais expressivo: no *Hauts-de-France* alcançou cerca de 42,4 % dos votos. Além disso, nas eleições legislativas de 2022, o RN conseguiu eleger cerca de 89 deputados e formar um grupo parlamentar na *Assemblée Nationale* — o melhor desempenho da extrema-direita desde a fundação da Quinta República.

O avanço da extrema-direita pode ser explicado por um conjunto de fatores. Primeiro, com relação a fatores socioeconômicos e geográficos, o RN ampliou sua base eleitoral em regiões economicamente fragilizadas, com desemprego estrutural, declínio industrial e sensação de abandono por parte dos poderes centrais. Nessas áreas, mensagens do RN sobre “dar voz ao povo” e “recuperar a França para os franceses” ressoavam com força. O segundo fator é a agenda identitária, migração e segurança, já que o discurso do RN dá ênfase à imigração, à segurança

interna, à identidade nacional e à soberania da França frente à União Europeia (STOCKEMER, 2017).

Em um contexto de insegurança econômica e de insatisfação com políticas tradicionais, esses temas ganharam apelo. O esforço de modernização e desdemonização (MAYER, 2008) também pode ser um fator: sob a liderança de Marine Le Pen e posteriormente de Jordan Bardella, o RN procurou suavizar sua imagem e abandonar parte da retórica mais radical, buscando se apresentar como partido “responsável” capaz de governar. O resultado eleitoral de 2024 indica que essa estratégia funcionou. Por fim, o desgaste dos partidos tradicionais e polarização política, uma vez que o partido presidencial e as tradicionais formações de centro-direita e centro-esquerda enfrentam crise de legitimidade, escândalos, e dificuldades em tratar das mudanças estruturais da economia e da sociedade. O RN aproveitou esse vácuo, posicionando-se como voz alternativa. A pandemia, a crise do custo de vida, a inflação e o debate sobre a integração europeia e migração (ISD, 2022) também deram força para que mensagens populistas ganhassem mais eco entre segmentos da população que se sentiram deixados para trás.

Assim, embora o crescimento histórico do RN represente uma mudança importante no cenário político francês, a extrema direita ainda não alcançou o poder nacional, situação similar à verificada na Alemanha, onde partidos de extrema direita influenciam o debate político, mas não comandam o governo federal. Esta conjuntura evidencia o avanço significativo da extrema direita em países centrais da União Europeia, fortalecimento este que, contudo, não foi capaz, até o momento, de romper com a tradição democrática e de coalizão que marca esses sistemas políticos.

3. Análise Comparativa: Alemanha e França no contexto da UE (2020–2024)

3.1. Alemanha: memória histórica, ascensão da extrema direita e postura cooperativa

A trajetória da Alemanha na União Europeia entre 2020 e 2024 reflete uma interseção complexa entre sua cultura política marcada pela memória histórica, o crescimento preocupante da extrema direita e a continuidade de uma postura cooperativa europeia.

A memória coletiva alemã, fortemente marcada pela culpa germânica decorrente dos horrores do nazismo e da Segunda Guerra Mundial, forma um pilar essencial de sua identidade nacional e sua política externa. Essa responsabilidade histórica molda a rejeição a nacionalismos agressivos e promove valores pacifistas e multilateralistas no âmbito internacional, consolidando a Alemanha como um ator-chave favorável à cooperação e integração europeia. Monumentos como o Memorial do Holocausto em Berlim e datas de lembrança pública funcionam como “lugares de memória” que reforçam a cultura de responsabilidade e diálogo permanente sobre o passado (LANGENBACHER, 2010; NORA, 1984; ASSMANN, 1995; WENDT, 1999).

Entretanto, estudos indicam que essa hegemonia da memória ativa da culpa germânica está passando por um enfraquecimento. Segundo Langenbacher (2010), após um intenso período de “memory work” até o início dos anos 2000, a Alemanha vivencia a transição de uma memória dominada pela culpa para uma fase em que essa influência diminui, especialmente nas gerações mais jovens, refletindo um “mastered past” – passado dominado, que já não orienta tão fortemente as identidades contemporâneas. Esse fenômeno abre espaço para que narrativas alternativas ganhem força, especialmente entre camadas da população mais ressentidas com as elites políticas e sociais, criando terreno para o crescimento da extrema direita.

O aumento do apoio à Alternativa para a Alemanha (AfD) entre 2020 e 2024 exemplifica esse quadro. O partido, que adota discurso de nacionalismo populista, oposição à imigração e crítica à política europeia, capitaliza a perda relativa da hegemonia da culpa histórica e a insatisfação socioeconômica e cultural. Na prática, nas eleições regionais em estados da antiga Alemanha Oriental, a AfD alcançou percentuais superiores a 30%, e nas eleições federais de 2025 tornou-se a segunda força política nacional, sinalizando a normalização do extremismo e a crescente polarização social e política no país (BOELL, 2024; DEUTSCHE WELLE, 2024).

Apesar desses desafios internos, a Alemanha mantém uma postura cooperativa na União Europeia, influenciada, justamente, pela cultura memorial que modera ações e favorece o diálogo

multilateral. O eixo franco-alemão, pilar da integração europeia, continuou ativo na defesa da unidade do bloco, na resposta às crises da pandemia e na formulação de políticas conjuntas diante do conflito na Ucrânia (BOURGEOIS, 2022; MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES, 2023).

Assim, o enfraquecimento da centralidade da culpa germânica e o avanço de forças de extrema direita frequentemente convergem ao tensionar a permanência da cultura memorial que estruturou a identidade política alemã no pós-guerra. Essa disputa evidencia a complexidade da identidade alemã contemporânea.

3.2. França: tradição política, identidade nacional e postura cooperativa

A França, como protagonista histórica na construção da União Europeia, mantém uma tradição política marcada pela forte valorização da soberania nacional, identidade republicana e centralidade do Estado-nação. Essa tradição molda uma visão particular da cooperação europeia, que enfatiza o equilíbrio entre integração e autonomia, combinando compromisso com o projeto europeu com a defesa dos interesses nacionais (SCHUMAN, 1950; DINAN, 2014).

A identidade nacional francesa, construída sobre a herança revolucionária e os ideais da República — liberdade, igualdade e fraternidade —, configura uma cultura política cívica e soberanista que influencia sua postura tanto interna quanto externamente. A França busca preservar sua autonomia política, cultural e econômica, tomando frequentemente posições que reafirmam seu papel de liderança e de guardião dos valores republicanos, ao mesmo tempo em que participa da construção e consolidação da União Europeia (KROTZ; SCHILD, 2013).

No período entre 2020 e 2024, essa dinâmica se evidenciou em debates públicos e negociações políticas, especialmente em temas sensíveis como políticas migratórias, políticas ambientais e reformas institucionais da UE. A crise do custo de vida, o aumento da inflação e as tensões sociais contribuíram para a ascensão do *Rassemblement National* (RN), partido de extrema direita que adotou uma estratégia de “desdemonização” para suavizar seu discurso, ampliando sua base eleitoral entre as classes médias e populares. Sob a liderança de Marine Le Pen e Jordan Bardella, o RN consolidou-se como a principal força da oposição, obtendo resultados históricos nas eleições europeias e legislativas, refletindo um ambiente de crescente polarização política e questionamento das políticas tradicionais (MAYER, 2008; STOCKEMER, 2017; THE ECONOMIST, 2023).

Apesar do crescimento da extrema direita, a França manteve uma postura cooperativa na UE, buscando a liderança em iniciativas europeias como a resposta à pandemia de Covid-19, o plano de recuperação econômica NextGenerationEU, e a formulação de estratégias conjuntas frente à guerra na Ucrânia, medidas que demonstram o apego francês ao projeto europeísta, ainda que sob a perspectiva equilibrada com a defesa da soberania nacional (BOURGEOIS, 2022; MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES, 2023).

Essa dupla face evidencia a tensão no sistema político francês, entre uma identidade nacional forte e uma cultura política que valoriza tanto a reafirmação da autonomia, quanto a cooperação multilateral. A tradição republicana e soberanista não impede a França de atuar como motor da integração europeia, mas condiciona suas estratégias, reforçando a ideia de que a Europa deve ser um projeto político de Estados-nação cooperantes, e não uma entidade supranacional que suprima as particularidades nacionais (CRESPY; SCHMIDT, 2017; RISSE, 2010).

Desse modo, o caso francês indica como a interação entre identidade nacional, tradição política e postura europeia pode produzir uma dinâmica particular dentro do projeto de integração. A França continua a desempenhar um papel central na União Europeia, mas sempre a partir de uma lógica em que a cooperação multilateral é concebida como extensão e não como substituição da soberania republicana. A ascensão do *Rassemblement National* entre 2020 e 2024 aprofunda essa ambiguidade, ao tensionar a legitimidade das políticas europeias ao mesmo tempo em que se apoia no próprio contexto europeu para ampliar sua influência política interna. Ainda assim, a orientação geral do Estado francês permanece comprometida com a integração, mostrando que o europeísmo francês opera em equilíbrio delicado entre ambições nacionais e responsabilidade compartilhada. Essa configuração reforça que a França atua como potência engajada, mas seletiva, cuja identidade republicana molda tanto as possibilidades quanto os limites de sua cooperação dentro da União Europeia.

3.3. Cooperação bilateral e multilateral

A presente subseção tem como objetivo apresentar os estudos de caso — o Instrumento de Recuperação da União Europeia e as Políticas Migratórias — de modo a familiarizar o leitor com os temas antes do início da análise comparada, desenvolvida a partir do tópico 3.4.

3.3.1. Instrumento de Recuperação da União Europeia

O Fundo Europeu de Recuperação ou Instrumento de Recuperação da União Europeia, oficialmente denominado “NextGenerationEU” (NGEU), emergiu como uma resposta abrangente e extraordinária à crise econômica e social causada pela pandemia de COVID-19. A pandemia provocou uma interrupção abrupta nas cadeias produtivas, paralisação de setores inteiros da economia e uma queda expressiva no nível de atividade, resultando em uma recessão sem precedentes na União Europeia. Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) do bloco registrou retração de aproximadamente 6%, reflexo dos lockdowns generalizados, do fechamento temporário de fronteiras e da perda massiva de empregos, que impactou especialmente pequenas e médias empresas e setores como turismo, transportes e serviços (COMISSÃO EUROPEIA, 2020).

Diante dessa conjuntura, em 27 de maio de 2020, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, apresentou no seu discurso sobre o Estado da União uma proposta ambiciosa e inovadora: a criação de um fundo de recuperação de 750 bilhões de euros, financiado por meio de empréstimos conjuntos emitidos pela própria UE no mercado de capitais. Essa iniciativa representou uma ruptura histórica, pois marcou a primeira vez que os Estados-Membros concordaram em contrair dívida de forma coletiva em larga escala — um passo considerado por muitos analistas como um marco rumo a uma maior integração fiscal europeia (VON DER LEYEN, 2020).

O montante total do NGEU foi estruturado com 390 bilhões de euros em subsídios e 360 bilhões em empréstimos, canalizados predominantemente pelo Mecanismo de Recuperação e Resiliência (RRF), o principal pilar do fundo. O RRF estabeleceu prioridades estratégicas alinhadas com os grandes objetivos da UE para a década, como a transição ecológica, a transformação digital, a promoção do crescimento sustentável, o reforço da coesão social, investimentos em saúde pública e o aumento da resiliência econômica e institucional (COMISSÃO EUROPEIA, 2021).

As negociações para aprovação do NGEU foram longas e politicamente sensíveis. Países do Norte da Europa, mais reticentes quanto a transferências financeiras, insistiam em mecanismos rigorosos de controle e condicionalidade, enquanto Estados do Sul, mais duramente atingidos pela pandemia, defendiam maior flexibilidade e volume de apoio. Após intensos debates, em dezembro de 2020, o Conselho Europeu aprovou o fundo como parte de um pacote

orçamentário de 1,8 trilhão de euros, que também incluía o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027. Em seguida, o Parlamento Europeu ratificou o acordo em fevereiro de 2021, permitindo que o NGEU entrasse oficialmente em vigor em março do mesmo ano (CONSELHO EUROPEU, 2020).

Com isso, a Comissão Europeia pôde iniciar as primeiras emissões de títulos em junho de 2021, dando início ao fluxo de recursos para os Estados-Membros. Cada país precisou apresentar um Plano Nacional de Recuperação e Resiliência, detalhando reformas e investimentos alinhados às prioridades europeias. Esses planos foram avaliados pela Comissão com base em critérios de sustentabilidade, impacto econômico e coerência com metas de longo prazo, especialmente aquelas relacionadas ao clima e à digitalização (PARLAMENTO EUROPEU, 2021).

Até outubro de 2023, de acordo com avaliação do Tribunal de Contas Europeu (ECA), 26 dos 27 Estados-Membros já haviam obtido aprovação dos seus planos nacionais. Aproximadamente 90% dos recursos do RRF estavam comprometidos em projetos específicos, embora apenas perto de 40% dos pagamentos tivesse sido efetivamente desembolsado até aquele momento, devido a processos complexos de verificação, auditoria e implementação (TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU, 2025).

Os desembolsos realizados até 2023 — cerca de 200 bilhões de euros — financiaram uma ampla variedade de iniciativas. Entre elas, destacam-se projetos de infraestrutura verde, como instalações de energia renovável e modernização de edifícios públicos para eficiência energética; investimentos em digitalização, incluindo expansão das redes 5G, estímulo ao uso de inteligência artificial e digitalização de serviços públicos; além de aportes significativos no setor da saúde, como o fortalecimento de sistemas hospitalares e o financiamento de campanhas de vacinação (COMISSÃO EUROPEIA, 2023).

O impacto do NGEU foi amplamente reconhecido. Economistas estimam que o fundo contribuiu de forma decisiva para a recuperação europeia, impulsionando um crescimento econômico de cerca de 2,5% em 2021 e ajudando a reduzir as taxas de desemprego que haviam disparado no auge da crise. Contudo, o programa também foi alvo de críticas. Alguns analistas apontaram desigualdades na distribuição dos recursos — com países mais afetados pela pandemia, como Itália e Espanha, recebendo parcelas significativamente maiores —, além de atrasos burocráticos e discussões sobre a sustentabilidade da dívida comum que será amortizada ao longo das próximas décadas (FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL, 2022).

Apesar das controvérsias, o NGEU consolidou-se como um instrumento transformador no contexto da integração europeia. Além de apoiar a recuperação pós-pandemia, gerou debates sobre o futuro da governança econômica da UE, levantando questões sobre a possibilidade de tornar mecanismos desse tipo permanentes. A discussão sobre uma eventual extensão do NGEU para além de 2026 permanece aberta, refletindo tanto o seu impacto positivo quanto os desafios estruturais que a Europa continua a enfrentar (COMISSÃO EUROPEIA, 2024).

3.3.2. Políticas Migratórias

O desenvolvimento das políticas migratórias na União Europeia foi marcado por um processo gradual de integração normativa, impulsionado tanto pela consolidação do espaço de livre circulação quanto pela necessidade de harmonização das políticas de asilo e controle de fronteiras. Desde o Acordo de Schengen, assinado em 1985 e implementado integralmente na década de 1990, a UE estabeleceu as bases para a supressão das fronteiras internas, ao mesmo tempo em que reforçava os controles das fronteiras externas, criando um sistema que passou a exigir cooperação intensa entre os Estados-membros (SIGONA; CERA, 2014).

No âmbito jurídico, um dos marcos iniciais foi o Tratado de Amsterdã (1997), que comunitarizou competências sobre migração e asilo, transferindo-as progressivamente para o pilar supranacional. A partir desse tratado, o tema passou a integrar a chamada Área de Liberdade, Segurança e Justiça, permitindo à UE desenvolver políticas comuns e instrumentos de harmonização (EUROPEAN COMMISSION, 2001).

Entre os principais instrumentos instituídos no período, destaca-se o Regulamento de Dublin, cuja primeira versão data de 1990 e que foi posteriormente atualizada (Dublin II em 2003 e Dublin III em 2013). O regulamento definiu critérios para determinar qual Estado-membro seria responsável pela análise dos pedidos de asilo, geralmente o de primeiro ingresso, estabelecendo assim um mecanismo de distribuição que, embora funcional em períodos de baixa pressão migratória, mostrava-se assimétrico e oneroso para países de fronteira externa (BOSWELL; GEDDES, 2011). O início dos anos 2000 também assistiu à criação do Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA), proposto na Cúpula de Tampere em 1999. O SECA estruturou normas mínimas para procedimentos de asilo, reconhecimento de refugiados, acolhimento e garantias processuais. Porém, os Estados-membros mantiveram ampla margem interpretativa, resultando em disparidades significativas na proteção oferecida (MORANO-FOADI; VICKERS, 2015).

Simultaneamente, a UE passou a investir em mecanismos de controle e vigilância das fronteiras externas. Em 2004, foi criada a Frontex, com o objetivo de coordenar operações entre os Estados-membros e reforçar a segurança das fronteiras, especialmente nas regiões do Mediterrâneo. Já em 2008, o Pacto Europeu sobre Imigração e Asilo reafirmou a necessidade de gestão mais eficaz do fluxo migratório, incorporando uma agenda centrada no combate à imigração irregular e no estreitamento da cooperação com países terceiros (EUROPEAN COUNCIL, 2008).

A crise migratória de 2015 constituiu um marco decisivo na evolução das políticas migratórias da União Europeia. Impulsionada por conflitos armados – especialmente a guerra civil na Síria –, bem como por instabilidades políticas e socioeconômicas em diversas regiões da África, do Oriente Médio e da Ásia, a Europa registrou mais de um milhão de pedidos de asilo apenas naquele ano (EUROPEAN COMMISSION, 2015). O aumento expressivo da demanda revelou limitações estruturais tanto dos sistemas nacionais quanto do arcabouço jurídico comunitário, tensionando as capacidades de acolhimento de vários Estados-membros.

A partir de 2015, a UE passou a adotar medidas emergenciais e estratégias de longo prazo. Uma das iniciativas centrais consistiu na implementação de mecanismos de relocação e reassentamento, que buscavam redistribuir solicitantes de asilo entre os Estados-membros. Contudo, tais medidas encontraram forte resistência de governos que rejeitavam quotas obrigatórias, como Hungria e Polônia, gerando conflitos políticos internos e questionamentos sobre solidariedade europeia (GUILD et al., 2017). Paralelamente, houve o reforço do controle de fronteiras externas, com a ampliação das competências da Frontex, que passou a atuar como Agência Europeia da Guarda de Fronteiras e Costeira, assumindo papel mais robusto em vigilância, coordenação operacional e procedimentos de retorno (FRONTEX, 2016).

Outro elemento central foi a intensificação da estratégia de externalização das fronteiras, por meio de acordos com países terceiros. O mais significativo foi o Acordo UE–Turquia, firmado em 2016, cujo objetivo era reduzir as travessias irregulares no Mar Egeu mediante um sistema de retornos e reassentamentos associado a apoio financeiro à Turquia (EUROPEAN COUNCIL, 2016). Práticas semelhantes foram posteriormente estendidas a países do Norte da África.

No plano institucional, a Comissão Europeia buscou modernizar o arcabouço migratório existente com a apresentação do Novo Pacto sobre Migração e Asilo, em 2020, propondo

reformas abrangentes do SECA, harmonização dos procedimentos de asilo, reforço da gestão de fronteiras e a introdução da “solidariedade obrigatória flexível”, pela qual todos os Estados-membros devem contribuir para a gestão migratória, seja por meio do acolhimento de solicitantes de asilo, seja pelo financiamento de retornos ou apoio operacional (EUROPEAN COMMISSION, 2020; EUROPEAN PARLIAMENT, 2020). Essa iniciativa representou o ponto de partida para a reorientação estratégica da política migratória da UE entre 2020 e 2024, em um contexto ainda marcado pelos impasses políticos pós-2015, pela crescente polarização interna e pelo fortalecimento de partidos populistas e anti-imigração, que passaram a influenciar de modo decisivo o debate público e as negociações legislativas (GUILD et al., 2017; CARRERA; GEDDES, 2021).

Entre 2021 e 2022, novas pressões migratórias decorrentes da instabilidade no Mediterrâneo e de eventos como a retirada internacional do Afeganistão e, sobretudo, a guerra na Ucrânia intensificaram a necessidade de respostas coordenadas. A ativação inédita da Diretiva de Proteção Temporária, em 2022, para acolher milhões de refugiados ucranianos, resultou em acesso imediato a residência, trabalho e serviços básicos, constituindo um marco de cooperação intra-europeia e sendo apontada como precedente relevante para políticas futuras (EUROPEAN COUNCIL, 2022; BASHIR; SHIPMAN, 2023). Embora o período tenha produzido avanços normativos, persistem desafios estruturais relativos à governança migratória, ao equilíbrio entre princípios humanitários e interesses nacionais e à construção de mecanismos efetivos de solidariedade entre os Estados-membros.

No campo do controle de fronteiras, o período assistiu à expansão das competências operacionais da Frontex, que recebeu recursos adicionais, aumento de efetivos e ampliação de seu mandato para operações em fronteiras externas e retornos. Contudo, a agência enfrentou críticas relacionadas a denúncias de violações de direitos humanos e práticas de *pushback*, o que levou à renúncia de seu diretor executivo em 2022 (AMNESTY INTERNATIONAL, 2022).

A externalização das políticas migratórias continuou a desempenhar um papel central na estratégia europeia. A UE renovou acordos com países do Norte da África e intensificou a cooperação com a Tunísia e a Líbia, buscando reduzir travessias no Mediterrâneo, embora organizações internacionais tenham reiterado preocupações sobre abusos contra migrantes em tais países (UNHCR, 2023).

Após anos de negociações, em 2023 e 2024 o Parlamento Europeu e o Conselho avançaram nas tratativas para a aprovação final dos principais regulamentos do Novo Pacto, incluindo o Regulamento de Gestão do Asilo e Migração e o Regulamento de Procedimentos de Asilo, destinados a substituir o sistema vigente e a reformular o funcionamento do Regulamento de Dublin (EUROPEAN PARLIAMENT, 2024). Essas medidas buscavam equilibrar controle fronteiriço, eficiência administrativa e proteção de direitos, embora críticas apontassem risco de endurecimento excessivo dos procedimentos (CARRERA; RECHEL, 2024).

3.4. Convergências e divergências na condução da integração europeia

A integração europeia consolidou-se como um processo historicamente impulsionado pelo eixo franco-alemão, cuja atuação conjunta molda decisões estratégicas no âmbito da União Europeia. Esse protagonismo, porém, não implica uniformidade de interesses ou homogeneidade política entre França e Alemanha. Pelo contrário, a cooperação bilateral combina momentos de intensa convergência com períodos de tensão, reflexo de contextos internos distintos e de prioridades divergentes. A análise das iniciativas pós-pandemia, das reformas institucionais e das políticas migratórias permite observar como esse eixo opera simultaneamente como impulsionador e limitador do aprofundamento integrativo europeu.

A resposta à crise da COVID-19 exemplifica uma fase de forte alinhamento. A Iniciativa Franco-Alemã para a Recuperação da Europa, lançada em maio de 2020, representou um marco ao propor um fundo financiado por meio de empréstimos comuns, orientados para investimentos verdes, digitalização e fortalecimento da resiliência econômica. A declaração conjunta dos líderes enfatizou que “os nossos esforços conjuntos são orientados pela solidariedade, visando preparar o caminho para sair da crise” (AMBAFRANCE BRASIL, 2020), evidenciando a percepção de que apenas uma abordagem supranacional seria eficaz diante do impacto econômico e social da pandemia. Essa proposta serviu de base para o Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), que, inserido no programa NextGenerationEU, se tornou o principal instrumento de reconstrução econômica da UE.

O papel franco-alemão na defesa do MRR reflete, segundo a Carta IEDI n. 1039, um movimento mais amplo de apoio à estabilização do euro e ao fortalecimento de uma governança fiscal europeia capaz de reduzir desigualdades regionais. A atuação conjunta dos dois países

contribuiu para consolidar instrumentos fiscais inovadores na UE, alimentando debates sobre a necessidade de tornar permanente a capacidade de endividamento comum.

Entretanto, essas convergências não anulam divergências estruturais. A Alemanha tende a defender políticas de austeridade e disciplina orçamentária, enquanto a França historicamente busca maior flexibilidade fiscal para financiar investimento público e políticas sociais. Esse contraste aprofunda debates sobre a arquitetura fiscal da UE e demonstra que a cooperação bilateral opera como um espaço constante de negociação entre paradigmas econômicos distintos. O fato de ambos terem convergido momentaneamente em torno do MRR não elimina tensões mais amplas sobre a direção futura da integração econômica.

No campo das políticas migratórias, o comportamento franco-alemão revela outra faceta dessa dualidade entre solidariedade e divergência. Após a crise de refugiados de 2015, França e Alemanha apoiaram mecanismos europeus de realocação de refugiados com o objetivo de distribuir responsabilidades entre os Estados-membros (COMISSÃO EUROPEIA, 2015). Estudos e reportagens posteriores, como os da Deutsche Welle (2025), apontam que esse apoio contribuiu para aliviar pressões sobre países de primeira entrada, como Grécia e Itália. Ambos os países também reforçaram iniciativas de integração de refugiados e imigrantes, como demonstra o perfil migratório alemão de 2025 (DEUTSCHLAND.DE, 2025), alinhado a diretrizes europeias mais amplas sobre acolhimento e combate ao tráfico de pessoas.

Entre 2020 e 2024, durante as negociações do Pacto Europeu sobre Migração e Asilo, o eixo franco-alemão novamente atuou de forma coordenada, defendendo procedimentos mais rápidos de análise de pedidos de asilo, maior cooperação com países de origem e estratégias conjuntas para conter fluxos irregulares no Mediterrâneo (DEUTSCHE WELLE, 2025). Essa atuação reforça a compreensão compartilhada de que a imigração é um fenômeno transfronteiriço que exige soluções supranacionais.

Contudo, as respostas internas à imigração revelam diferenças significativas. A Alemanha adotou uma postura inicialmente mais aberta em 2015, acolhendo mais de um milhão de refugiados. Essa política gerou divisões internas e críticas relacionadas ao impacto sobre serviços públicos e segurança. Nos anos seguintes, observou-se um movimento de endurecimento, com aumento das deportações — que cresceram 20% em 2025 — e maior pressão por controle de fronteiras (CNN BRASIL, 2025; ISTOÉ DINHEIRO, 2025). O país passou a combinar políticas

de integração com restrições a fluxos econômicos e exigência de qualificação profissional (INTERCOM, 2025).

A França, em contraste, adota postura mais restritiva desde o início. O país enfatiza controle fronteiriço, deportações aceleradas e um modelo mais rígido de concessão de asilo. As reformas aprovadas em 2023-2024 intensificaram critérios de seleção, em meio a preocupações com segurança, terrorismo e tensões sociais em periferias urbanas (BBC NEWS, 2021; DEUTSCHE WELLE, 2025). Além disso, Paris frequentemente resiste a quotas obrigatórias de redistribuição, preferindo acordos bilaterais com países africanos para contenção dos fluxos antes da chegada ao continente.

Essas diferenças alimentam tensões no eixo franco-alemão. A França critica a Alemanha por políticas que considera excessivamente atrativas para migrantes, enquanto a Alemanha acusa a França de não demonstrar solidariedade suficiente nos mecanismos de redistribuição. Ainda assim, ambas reconhecem que a escala dos fluxos migratórios torna ineficazes respostas puramente nacionais. Assim, mesmo divergentes, permanecem cooperando no âmbito europeu.

A análise do eixo franco-alemão revela, portanto, que sua influência sobre a integração europeia não deriva da ausência de divergências, mas da capacidade de produzir compromissos. Esse processo envolve intenso diálogo político e ajustamento recíproco, em um movimento que combina fatores históricos, interesses econômicos, pressões internas e cálculo estratégico.

Em síntese, a análise evidencia que tanto no campo migratório, quanto no econômico a cooperação franco-alemã permanece essencial, ainda que permeada por tensões estruturais. No âmbito das políticas de imigração, as diferenças entre a ênfase alemã na integração e o foco francês no controle ilustram os desafios à construção de uma política verdadeiramente unificada na União Europeia. Mecanismos como o de Realocação funcionam como pontos de convergência, mas não eliminam fricções derivadas de prioridades nacionais distintas.

De modo semelhante, a integração europeia como um todo é moldada por um equilíbrio delicado entre solidariedade e divergência. O compromisso bilateral demonstrado no Mecanismo de Recuperação e Resiliência e nas iniciativas conjuntas pós-crise revela a capacidade de França e Alemanha de promover avanços significativos em momentos críticos. Contudo, as diferenças em abordagens fiscais, econômicas e geopolíticas — que oscilam entre austeridade e intervencionismo — continuam a desafiar a formação de consensos duradouros.

4. Discussão dos Resultados

4.1 O papel da culpa germânica como variável cultural explicativa

A culpa germânica funciona como variável explicativa para compreender a política externa e a atuação internacional da Alemanha, ao condicionar valores e estratégias orientadas à prevenção da repetição dos erros históricos. Esse legado contribuiu para a construção de uma identidade política baseada na responsabilidade e no multilateralismo. Como discutido em capítulos anteriores, e conforme analisado por Eric Langenbacher (2014, p. 55), esse sentimento consolidou-se em uma cultura de contrição e responsabilidade histórica que, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, molda uma política externa guiada pela promoção da paz, pelo multilateralismo e pela rejeição ao uso agressivo da força militar. Segundo o autor, “A Alemanha do pós-guerra é dominada, assombrada e obcecada pelo passado; está para sempre à sombra de Hitler.” (LANGENBACHER, 2014, p. 55, tradução nossa).

A internalização do imperativo “*nie wieder*” (nunca mais) reforçou o papel da Alemanha como ator relutante em exercer hegemonia ou recorrer ao poder duro, priorizando a cooperação internacional e a integração europeia como garantias de que as tragédias do passado não se repetiriam. Essa cultura política foi institucionalizada por meio de memoriais, reformas educacionais e práticas políticas que mantiveram a memória do Holocausto central tanto nas políticas públicas quanto na atuação internacional alemã.

Nesse contexto, o eixo franco-alemão evidencia uma dinâmica marcada por convergência estratégica, mas também por tensões derivadas de diferenças internas e prioridades distintas. Embora essencial para decisões estruturantes da União Europeia, essa cooperação não implica uniformidade de interesses. A resposta conjunta à COVID-19 por meio da Iniciativa Franco-Alemã para a Recuperação da Europa é ilustrativa: ao propor um fundo comum para investimentos estratégicos, que serviu de base ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) do NextGenerationEU, o eixo demonstrou capacidade de articular solidariedade e avanços supranacionais em momentos críticos (AMBAFRANCE BRASIL, 2020; CARTA IEDI, 2025).

A culpa histórica influenciou a posição alemã no MRR ao reforçar seu compromisso com uma política externa responsável e cooperativa, fundada no aprendizado dos erros passados e na busca por soluções coletivas. Isso se traduziu no apoio, em conjunto com a França, a um fundo financiado por empréstimos comuns, voltado à recuperação econômica sustentável, à

digitalização e à resiliência. Desse modo, a responsabilidade histórica operou como condicionante da postura alemã, favorecendo iniciativas multilaterais e evitando respostas unilaterais ou hegemônicas. O papel da Alemanha foi decisivo para articular a Iniciativa Franco-Alemã que deu origem ao MRR, refletindo uma orientação política que privilegia soluções coletivas e rejeita o retorno a práticas isolacionistas ou nacionalistas (IEDI, 2025; AMBAFRANCE BRASIL, 2020).

Ainda assim, divergências estruturais persistem. Na política fiscal, a Alemanha tende a defender austeridade e disciplina orçamentária, enquanto a França costuma pleitear maior flexibilidade para investimentos públicos. Nas políticas migratórias, tais diferenças tornam-se mais evidentes: a Alemanha iniciou, em 2015, uma política aberta ao acolhimento de refugiados, mas posteriormente endureceu controles e deportações; já a França mantém um enfoque mais restritivo, com controle rigoroso de fronteiras, reformas para agilizar deportações e resistência a quotas obrigatórias, preferindo soluções bilaterais (COMISSÃO EUROPEIA, 2015; DEUTSCHE WELLE, 2025; CNN BRASIL, 2025; ISTOÉ DINHEIRO, 2025). Essas assimetrias alimentam tensões, embora ambas reconheçam o caráter transfronteiriço desses desafios e mantenham cooperação no âmbito europeu.

Assim, o eixo franco-alemão não se caracteriza pela ausência de divergências, mas pela capacidade de negociação entre paradigmas econômicos, sociais e políticos distintos. A articulação entre responsabilidade histórica, pressões domésticas e interesses estratégicos produz uma política externa alemã marcada por cautela, cooperação e compromisso multilateral. Paralelamente, o protagonismo franco-alemão molda a integração europeia com um equilíbrio delicado entre solidariedade e divergência, especialmente em áreas como recuperação econômica e gestão migratória (DEUTSCHE WELLE, 2025; REINERS; TEKIN, 2020).

Embora a influência direta da memória histórica tenha diminuído ao longo das últimas décadas — devido à passagem do tempo, à renovação geracional e à diversificação demográfica — ela permanece como variável relevante ao condicionar a postura alemã em temas de acolhimento e integração migratória. Reiners e Tekin (2020) observam que, durante a crise migratória de 2015-2016, a Alemanha assumiu liderança na gestão do desafio, impulsionada tanto por seu peso estrutural quanto pelo imperativo moral derivado de seu passado, mesmo enfrentando limitações internas e externas. Assim, a culpa histórica germânica opera como variável cultural que orienta a Alemanha a adotar uma postura cautelosa, colaborativa e

institucionalmente ancorada na formulação e defesa do MRR pós-pandemia, reforçando a solidariedade europeia e contribuindo para a consolidação de uma identidade política internacional baseada em responsabilidade e cooperação duradoura.

4.2. Impactos do crescimento da extrema direita na Alemanha sobre sua postura cooperativa

Como visto, o crescimento da extrema direita na Alemanha, principalmente através da Alternativa para a Alemanha (AfD), tem impactado significativamente a postura cooperativa do país no cenário europeu e internacional. Apesar do eixo franco-alemão continuar a impulsionar a integração europeia, a ascensão da AfD representa um desafio à uniformidade de interesses e aos consensos que historicamente marcaram a cooperação bilateral.

Como destacado por Lemke (2020, p. 95), a AfD "aprofundou o discurso nacionalista e revisionista, rejeitando a cultura de memória e a responsabilidade histórica que fundamentam a abordagem cooperativa tradicional da política externa alemã". A retórica da extrema direita minimiza a culpa associada ao nazismo, favorecendo uma narrativa de grandeza nacional e rejeitando políticas de imigração e integração como ameaças à identidade alemã.

No plano internacional, a AfD propõe uma redefinição do papel da Alemanha, defendendo "uma estratégia de segurança autônoma" e criticando a dependência da União Europeia e dos Estados Unidos, com inclinação a um posicionamento pró-Rússia (LEMKE, 2020, p. 100). Essa visão dificulta a manutenção do alinhamento europeu e transatlântico da Alemanha, impactando sua capacidade de liderança em segurança e cooperação multilateral. Esse reposicionamento é reforçado por narrativas que argumentam que a Alemanha teria sido excessivamente dependente de arranjos multilaterais no pós-guerra, devendo agora recuperar "soberania plena" em áreas como migração, energia e defesa.

Além disso, conforme Lemke (2020, p.101), a AfD tem buscado cooperação transnacional com outras forças nacionalistas, utilizando o Parlamento Europeu como plataforma, o que contribui para a propagação de agendas europeias céticas e anti-multilateralistas. Tal movimento tensiona a coesão necessária para a continuidade da integração europeia. Internamente, essa atuação reforça setores da sociedade alemã que veem instituições europeias como excessivamente burocráticas e distantes, fortalecendo narrativas que pedem a recuperação de competências

nacionais em áreas antes amplamente delegadas à UE, sobretudo no campo migratório e regulatório.

Nesse contexto, o avanço da extrema direita também tem repercussões diretas sobre políticas específicas da política externa alemã, especialmente no que tange à imigração e à participação do país em iniciativas de solidariedade financeira europeia. No campo migratório, a pressão da AfD levou partidos tradicionais a endurecerem posições, reduzindo a margem política para políticas de acolhimento e integração de refugiados. Esse deslocamento restringe a capacidade da Alemanha de apoiar plenamente mecanismos europeus de compartilhamento de responsabilidades, como a reforma do Sistema Europeu Comum de Asilo. Assim, a ascensão da extrema direita enfraquece o comprometimento alemão com uma abordagem solidária e coordenada à imigração, aproximando o debate de uma lógica mais nacional e menos cooperativa.

De forma semelhante, a postura eurocética da AfD tem afetado a discussão interna sobre o papel da Alemanha no Fundo de Recuperação Europeu. A extrema direita criticou o instrumento como uma imposição de custos excessivos ao contribuinte alemão e como um passo rumo a uma “união de dívidas”, o que elevou o custo político doméstico de iniciativas desse tipo. Embora o governo federal tenha mantido o apoio ao fundo, o fortalecimento da AfD reduziu o espaço para compromissos mais ambiciosos, como maior integração fiscal, emissão conjunta de dívida ou expansão de mecanismos de solidariedade econômica. Esse discurso gera um custo político interno que pressiona o governo alemão a adotar uma postura defensiva e reticente quanto a compromissos financeiros de longo prazo para a União Europeia, apesar do apoio oficial ao fundo. Este cenário pode vir a comprometer a capacidade da Alemanha de atuar como um motor mais decidido da integração europeia. Dessa forma, o radicalismo nacionalista pressiona a política externa alemã a ser mais defensiva e reticente em relação a compromissos europeus de longo prazo.

Assim, o avanço da extrema direita coloca em xeque o equilíbrio entre solidariedade e divergência na política europeia, exigindo esforços para conter seus efeitos e preservar os valores de multilateralismo que sustentaram a reinserção internacional da Alemanha no pós-guerra. Além da dimensão institucional, o crescimento da AfD evidencia mudanças sociais profundas, incluindo desconfiança crescente nas elites políticas, sentimento de insegurança cultural e uso intensivo de mídias sociais para disseminação de discursos anti-imigração e anti-globalização.

Esses fatores moldam percepções públicas sobre o papel da Alemanha no mundo, pressionando governos a adotar medidas mais restritivas e cautelosas em compromissos internacionais. Sendo assim, a expansão da extrema direita na Alemanha compromete elementos-chave da política externa alemã, impondo limites à cooperação e à solidariedade europeias tanto na área econômica quanto na migração, e exigindo esforços para manter o papel central do país como líder na integração europeia.

4.3. Diferenças em relação à França: lições comparativas

A França, como protagonista histórica na construção da União Europeia, mantém uma tradição política marcada pela forte valorização da soberania nacional, da identidade republicana e da centralidade do Estado-nação. Essa cultura política molda uma visão particular da cooperação europeia, na qual a integração é concebida como instrumento de fortalecimento do Estado, e não como substituto da autonomia nacional (SCHUMAN, 1950; DINAN, 2014). A herança revolucionária e os ideais republicanos — liberdade, igualdade e fraternidade — estruturam uma identidade cívica que influencia tanto a política doméstica quanto o posicionamento francês no cenário europeu (KROTZ; SCHILD, 2013).

Entre 2020 e 2024, essa orientação se manifestou em debates públicos sobre políticas migratórias, reformas institucionais da UE, políticas ambientais e questões socioeconômicas. A crise do custo de vida, aliada ao aumento da inflação e à ampliação das desigualdades, favoreceu o avanço do Rassemblement National (RN), que intensificou sua estratégia de “desdemonização” para ampliar sua base eleitoral entre classes médias e populares (MAYER, 2008; STOCKEMER, 2017). Sob Marine Le Pen e Jordan Bardella, o partido alcançou resultados históricos em eleições legislativas e europeias, refletindo a crescente polarização e desgaste dos partidos tradicionais (THE ECONOMIST, 2023).

Esse fenômeno, porém, não é apenas conjuntural. Conforme analisa Silva (2018), o populismo de direita francês possui raízes históricas mais profundas do que o caso alemão, resultado da longa trajetória institucional do antigo Front National, cuja presença constante na política francesa consolidou uma base eleitoral estável e ideologicamente estruturada. A autora destaca que o populismo francês é marcado por antielitismo persistente e por forte crítica à classe dirigente, percebida como afastada das demandas populares. Isso diferencia a França da

Alemanha, onde o consenso institucional pós-guerra se manteve mais robusto até o surgimento recente da AfD.

Além disso, segundo Silva (2018), a extrema direita francesa articula a questão identitária de maneira fortemente etnonacionalista, centrada nos temas da imigração e do islamismo. Essa ênfase identitária dialoga com tensões antigas da sociedade francesa, especialmente ligadas ao modelo republicano de laicidade e integração. Assim, ainda que França e Alemanha enfrentem desafios comuns — como pressões migratórias e insatisfação socioeconômica —, as raízes e a expressão do populismo na França são historicamente mais amplas e institucionalizadas.

Apesar da ascensão do RN, a França manteve postura cooperativa no âmbito europeu. O país continuou exercendo papel de liderança em iniciativas como a resposta à pandemia da Covid-19, o NextGenerationEU e a formulação de estratégias conjuntas diante da guerra na Ucrânia (BOURGEOIS, 2022; MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES, 2023). Isso confirma o argumento de Silva (2018) de que o populismo francês não se traduz, necessariamente, em um projeto de ruptura com a UE, mas sim em pressões por reformas e renegociações de competências, especialmente em áreas como migração, controle de fronteiras e políticas econômicas.

No MRR, parte do NextGenerationEU, a França defende flexibilidade fiscal para investimentos públicos e sociais, alinhando-se à sua tradição intervencionista, e liderou a iniciativa franco-alemã de 2020 para empréstimos comuns, mas resiste a supranacionalidade plena para preservar autonomia orçamentária. A Alemanha, influenciada por austeridade histórica, apoia o fundo com ênfase em disciplina fiscal e redução de desigualdades regionais, embora a AfD critique como "união de dívidas" que eleva custos ao contribuinte, limitando compromissos ambiciosos. Essa convergência momentânea no eixo franco-alemão contrasta com divergências estruturais: França busca expansão de endividamento comum, enquanto Alemanha prioriza governança rígida, ambos mantendo liderança apesar de populismos internos (CNN BRASIL, 2025).

A forte identidade nacional francesa influencia esse equilíbrio entre autonomia e cooperação. Autores como Crespy e Schmidt (2017) e Risse (2010) destacam que a França valoriza a integração europeia como projeto político, mas resiste à ideia de supranacionalidade plena, defendendo uma Europa dos Estados-nação cooperantes. Assim, mesmo com a força crescente do RN, permanece a visão de que a França deve desempenhar papel central na

definição dos rumos da UE — reafirmando sua influência, mas preservando margens de autonomia.

Silva (2018) observa também que o avanço do populismo de direita na França está ligado a desigualdades regionais e a percepções de abandono por parte do Estado em áreas rurais e industrializadas. Essa base social diversificada fortalece discursos que questionam tanto políticas europeias quanto elites nacionais. Entretanto, ao contrário da AfD — cuja retórica inclui elementos de revisionismo histórico e rejeição à cultura de memória alemã —, o populismo francês fundamenta-se na defesa da identidade republicana, conferindo-lhe características próprias no contexto europeu.

A França adota uma abordagem mais restritiva e centrada no controle de fronteiras desde o início da crise de 2015, com reformas em 2023-2024 que intensificaram critérios de seleção de asilo, deportações aceleradas e resistência a quotas obrigatórias de redistribuição, priorizando acordos bilaterais com países africanos. Em contraste, a Alemanha iniciou com postura aberta, acolhendo mais de um milhão de refugiados em 2015, mas endureceu políticas nos anos seguintes, com deportações crescendo 20% em 2025 e propostas recentes para prisão imediata de imigrantes e envio a países terceiros fora da UE. Essas diferenças refletem tradições nacionais: a França enfatiza laicidade republicana e segurança contra islamismo, enquanto a Alemanha combina integração com restrições econômicas e qualificação profissional, ambos pressionados por extrema direita — RN na França e AfD na Alemanha — que amplificam demandas por soberania migratória.

Em síntese, o contexto francês entre 2020 e 2024 revela uma tensão permanente entre a defesa da soberania nacional e o compromisso com a construção europeia. As análises de Silva (2018) reforçam que, embora a França enfrente pressões internas semelhantes às da Alemanha, seu populismo de direita possui raízes mais profundas, maior institucionalização e discurso identitário distinto. A tradição política francesa condiciona, portanto, uma postura cooperativa que busca equilibrar integração e autonomia, característica essencial para compreender seu papel histórico e contemporâneo no desenvolvimento da União Europeia.

5. Conclusão

A integração europeia permanece um processo em constante negociação, cuja estabilidade e capacidade de resposta dependem fortemente do eixo franco-alemão. A análise comparativa realizada demonstra que, embora ambos os países compartilhem responsabilidades estruturais na formulação das políticas da União Europeia, seus legados históricos e culturas políticas distintas moldam de maneira diversa suas reações a crises contemporâneas — em especial no tocante ao Fundo Europeu de Recuperação e às políticas migratórias.

A Alemanha evidencia de forma clara a persistência — ainda que tensionada — da cultura da culpa como elemento estruturante de sua orientação política externa e europeia. Mesmo diante do crescimento expressivo da extrema direita, representada pela AfD, esta memória histórica continua a funcionar como um freio normativo que incentiva posturas multilaterais, compromissos solidários e a defesa ativa da integração regional. O apoio alemão ao Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR), bem como sua insistência em soluções humanitárias no campo migratório, revelam que a cultura da culpa permanece relevante para explicar escolhas cooperativas, ainda que seu alcance esteja progressivamente ameaçado por discursos revisionistas e nacionalistas.

Na França, o avanço do Rassemblement National opera sob uma lógica distinta: em vez de tensionar uma cultura política marcada pela responsabilidade histórica, a extrema direita ascende articulando sentimentos de desencanto social, percepções de perda de soberania e medos ligados à imigração. Nesse sentido, o caso francês mostra que a ausência de uma memória de culpa comparável à alemã resulta em menor resistência cultural à adoção de agendas eurocéticas, sobretudo na gestão migratória. Ainda assim, a França mantém compromissos essenciais com a integração, especialmente quando alinhados ao seu interesse estratégico e ao equilíbrio do bloco.

A comparação revela, portanto, que a cultura da culpa funciona como variável explicativa relevante para compreender a resiliência da postura cooperativa alemã e os limites da postura francesa diante da extrema direita. O crescimento desses movimentos neofascistas, entretanto, introduz pressões significativas sobre ambos os países, reduzindo margem de manobra política, gerando cautela em compromissos ambiciosos e fragilizando narrativas pró-integração. Tais dinâmicas repercutem diretamente nas negociações do Fundo de Recuperação e nas respostas comuns à crise migratória, onde o conflito entre princípios europeus e demandas domésticas se torna mais evidente.

Apesar dessas tensões, o eixo franco-alemão continua sendo o principal motor da integração europeia. Sua capacidade de produzir sínteses negociadas, ainda que imperfeitas, demonstra que divergências internas podem ser administradas para garantir avanços graduais. A articulação entre interesses nacionais e responsabilidades supranacionais permanece central para a resiliência do projeto europeu, reforçando o papel de fatores culturais e políticos domésticos na definição de políticas comuns. Assim, mesmo diante da ascensão da extrema direita e da erosão de referenciais históricos, o eixo mantém sua importância estratégica, embora mais vulnerável e pressionado do que em décadas anteriores.

5.1. Limitações do estudo

Este estudo enfrenta limitações inerentes à própria atualidade do tema. O crescimento da extrema direita na Europa e suas implicações para a cooperação dentro da União Europeia constituem fenômenos em rápida evolução, sujeitos a mudanças políticas abruptas, rearranjos partidários e transformações socioeconômicas que podem alterar de maneira significativa o comportamento dos Estados-membros. Assim, as conclusões apresentadas refletem o cenário observado até 2025, reconhecendo que novas eleições, crises inesperadas ou realinhamentos estratégicos podem modificar substancialmente as dinâmicas analisadas.

Além disso, o trabalho concentra-se deliberadamente no eixo franco-alemão, dada a importância histórica, política e simbólica da parceria entre Alemanha e França para o processo de integração europeia. A escolha desse recorte se justifica pela centralidade que ambos os países assumem como motores de consenso, bem como pelas afinidades estruturais que permitem comparações consistentes. No entanto, essa delimitação também implica a exclusão de outras relações intra-europeias que podem influenciar — ou mesmo redefinir — o equilíbrio político do bloco.

Cabe destacar que Alemanha e França não operam isoladamente. Embora formem um núcleo tradicional de cooperação, ambos possuem capacidade de articular alianças com outros Estados-membros, seja para reforçar coalizões existentes, seja para responder a temas como migração, finanças públicas ou segurança europeia. Assim, a análise aqui apresentada não contempla o potencial de rearranjo dessas alianças, o que pode limitar a compreensão mais ampla da dinâmica multilateral europeia.

6. Referências

- AMBAFRANCE BRASIL.** *Iniciativa Franco-Alemã para a Recuperação da Europa após a crise do COVID-19.* Brasília: Embaixada da França no Brasil, 2020. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/Iniciativa-franco-alema-para-a-recuperacao-da-Europa-apos-a-crise-do>. Acesso em: 15 out. 2023.
- AMNESTY INTERNATIONAL.** *Frontex: Human Rights Concerns and Accountability Issues.* London: Amnesty International, 2022.
- ANTI-DEFAMATION LEAGUE.** *Partido Alternativa para a Alemanha (AfD): O que você precisa saber.* Disponível em: <https://www.adl.org/resources/backgroundunder/alternative-germany-afd-party-what-you-need-know>. Acesso em: 20 out. 2025.
- APPLEYARD, Dennis R.; FIELD, Alfred J.; COBB, Steven L.** *Economia internacional.* 6. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010.
- ASSMANN, Jan.** Collective Memory and Cultural Identity. *New German Critique*, n. 65, 1995.
- BASHIR, Nadia; SHIPMAN, Daniel.** Europe's Refugee Response after Ukraine: A New Model? Cambridge: Cambridge Migration Studies Press, 2023.
- BBC NEWS.** Migração: o drama que comoveu o mundo e dividiu a Europa. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55351023>. Acesso em: 14 nov. 2025.
- BLYTH, Mark.** Austeridade: a história de uma ideia perigosa. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- BÖRZEL, Tanja A.; RISSE, Thomas.** From the Euro to the Schengen Crises: European Integration Theories, Politicization, and Identity Politics. *Journal of European Public Policy*, v. 25, n. 1, p. 83-108, 2018. DOI: 10.1080/13501763.2017.1310281.
- BOSWELL, Christina; GEDDES, Andrew.** Migration and Mobility in the European Union. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2011.
- BOURGEOIS, Isabelle.** Le couple franco-allemand à l'épreuve de la guerre en Ukraine. Paris: Fondation Robert Schuman, Policy Paper n° 640, 2022.
- BOURGEOIS, Isabelle.** Le couple franco-allemand: Moteur ou frein de l'Union européenne? Paris: Fondation Robert Schuman, 2013.
- BRUTER, Michael.** Citizens of Europe? The emergence of a mass European identity. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005.
- CARRERA, Sergio; COSTELLO, Cathryn; GARLICK, Madeline; MORENO-LAX, Violeta.** *The 2015 Refugee Crisis in the European Union.* Oxford: Oxford University Press, 2017.

CARRERA, Sergio; GEDDES, Andrew. *The EU Pact on Migration and Asylum in Context*. Brussels: CEPS, 2021.

CARRERA, Sergio; RECHEL, Bernd. *EU Migration Governance after the Pact*. Brussels: Centre for European Policy Studies, 2024.

CARRERA, Sergio et al. *The External Dimension of EU Migration Policies*. Brussels: Centre for European Policy Studies, 2013.

CHECKEL, Jeffrey T. International Institutions and Socialization in Europe: Introduction and Framework. *International Organization*, v. 59, n. 4, 2005.

CHECKEL, Jeffrey T. The Constructivist Turn in International Relations Theory. *World Politics*, v. 50, n. 2, 1999.

CNN BRASIL. **Alemanha se divide sobre imigração 10 anos após a crise**. 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/alemanha-se-divide-sobre-imigracao-10-anos-apos-a-crise-dos-refugiados/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. **Mecanismo de Recuperação e Resiliência**. Bruxelas: Comissão Europeia, 2021. Disponível em: https://commission.europa.eu/business-economy-euro/economic-recovery/recovery-and-resilience-facility_pt. Acesso em: 15 out. 2023.

COMISSÃO EUROPEIA. **Mecanismo europeu de realocação e políticas migratórias**. 2015. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/eu-migration-policy/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA. (2020). **The European Semester Spring 2020 Package**. Recuperado de https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/european-semester-spring-2020-package_en.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA. (2021). *NextGenerationEU: The Recovery Plan for Europe*. Recuperado de https://ec.europa.eu/info/strategy/recovery-plan-europe_en.

COMISSÃO EUROPEIA. (2023). **Recovery and Resilience Facility: Progress Report**. Recuperado de https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/rrf-progress-report-2023_en.pdf.

COMISSÃO EUROPEIA. (2024). *NextGenerationEU: Mid-term Review*. Recuperado de https://ec.europa.eu/info/strategy/recovery-plan-europe/mid-term-review_en.

CONSELHO EUROPEU. (2020). **Conclusions of the European Council meeting**. Recuperado de <https://www.consilium.europa.eu/en/meetings/european-council/2020/12/10-11/>.

CRESPIY, A.; SCHMIDT, V. A. *The Political Dynamics of Welfare State Reform in the EU: France and Germany in Comparative Perspective*. Palgrave Macmillan, 2017.

DELANTY, Gerard. *What Does It Mean to Be a 'European'?* Innovation: The European Journal of Social Science Research, v. 18, n. 1, 2005.

DEUTSCHE WELLE. **EU elections 2024: Germany's AfD surges in European Parliament vote.** DW, 10 jun. 2024. Disponível em:

<https://www.dw.com/en/eu-elections-2024-afd-germany-cdu-csu/live-69318858>. Acesso em: 20 out. 2025.

DEUTSCHE WELLE. **Vergangenheitsbewältigung.** Disponível em:

https://www.dw.com/en/vergangenheitsbew%C3%A4ltigung/a-6614103#:~:text=*Vergangenheit sbew%C3%A4ltigung*%20is%20a%20German%20word%20that%20translates,dealing%20with%20the%20East%20German%20communist%20dictatorship. Acesso em: 20 out. 2025

DEUTSCHE WELLE. **German election: Merz's CDU wins election, AfD second.** DW, 10 fev. 2025. Disponível em:

<https://www.dw.com/en/german-election-merzs-cdu-wins-election-afd-second/live-71700729>. Acesso em: 18 out. 2025.

DEUTSCHE WELLE. **O que mudou na UE dez anos depois da crise dos refugiados.** 2025. Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-br/o-que-mudou-na-uni%C3%A3o-europeia-dez-anos-depois-da-crise-do-s-refugiados/a-73810951>. Acesso em: 14 nov. 2025.

DEUTSCHLAND.DE. **A amizade franco-alemã como motor da unificação europeia.**

Disponível em:

<https://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt-br/alemanha-e-europa/amizade-franco-alema-com-o-motor-da-unificacao-europeia>. Acesso em: 02 out. 2025.

DEUTSCHLAND.DE. **Migração e integração: perfil da Alemanha.** 2025. Disponível em:

<https://www.tatsachen-ueber-deutschland.de/pt-br/migracao-e-integracao>. Acesso em: 14 nov. 2025.

DEUTSCHLAND.DE. **Tratado do Eliseu | Alemanha e França.** Disponível em:

<https://www.deutschland.de/pt-br/topic/politica/tratado-do-eliseu-alemanha-e-franca> Acesso em: 02 out. 2025.

DINAN, Desmond. *Europe Recast: A History of European Union.* 2. ed. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2014.

DIPLOMACIA CULTURAL. Disponível em: <https://esri.net.br/diplomacia-cultural/>. Acesso em: 18 out. 2025

EUROPEAN COUNCIL. *EU–Turkey Statement, 18 March 2016.* Brussels: European Council, 2016.

EUROPEAN PARLIAMENT. *The New Pact on Migration and Asylum.* Brussels: European Parliament, 2020.

EUROPEAN COMMISSION. *European Agenda on Migration*. Brussels: European Commission, 2015.

EUROPEAN COMMISSION. *New Pact on Migration and Asylum*. Brussels: European Commission, 2020.

EUROPEAN COUNCIL. *Activation of the Temporary Protection Directive for Displaced Persons from Ukraine*. Brussels: European Council, 2022.

EUROPEAN PARLIAMENT. *Asylum and Migration Management Regulation: Provisional Agreement 2024*. Brussels: European Parliament, 2024.

EUROPEAN COMMISSION. *Towards a Common European Asylum System*. Brussels: European Commission, 2001.

EUROPEAN COUNCIL. *European Pact on Immigration and Asylum*. Brussels: European Council, 2008.

EUROPEAN PARLIAMENT. **European elections 2024 — National results: France (2024–2029)**. European Parliament, 2024. Disponível em: <https://results.elections.europa.eu/en/national-results/france/2024-2029/> . Acesso em: 18 out. 2025.

EUROPEAN PARLIAMENT. **Proposta de resolução sobre a importância da preservação da memória histórica na União Europeia**. 16 set. 2019. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/B-9-2019-0100_PT.html . Acesso em: 02 out. 2025.

FLOCKHART, Trine. *The Social Construction of European Identity: The Next Step*. European Journal of International Relations, v. 11, n. 3, 2005.

FREI, N. (2002). *Adenauer's Germany and the Nazi past: The politics of amnesty and integration*. Columbia University Press.

FRONTEX. *Annual Risk Analysis 2016*. Warsaw: Frontex, 2016.

G1. **Friedrich Merz é eleito novo chefe de governo da Alemanha após derrota inesperada**. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/05/06/apos-derrota-inesperada-friedrich-merz-e-eleito-novo-chefe-de-governo-da-alemanha-em-2a-votacao.ghtml> . Acesso em: 18 out. 2025.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUILD, Elspeth; COSTELLO, Cathryn; GARLICK, Madeline; MORENO-LAX, Violeta. *The 2015 Refugee Crisis in the European Union*. Oxford: Oxford University Press, 2017.

HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002. (original: *The Inclusion of the Other: Studies in Political Theory*, 1998).

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 1990.

HEINRICH-BÖLL-STIFTUNG. *Democratic Corrosion and the Far Right in Germany*. Berlin:

Heinrich-Böll-Stiftung, 2024. Disponível em: <https://www.boell.de>. Acesso em: 29 out. 2025.

HERE, J. (1997). *Divided memory: The Nazi past in the two Germanys*. Harvard University Press.

HOFSTEDE, Geert. *Culture Consequences*. 2001

IFO INSTITUTE. **More poverty risk leads to more votes for right-wing extremists.** ifo Institute, 13 mar. 2024. Disponível em: <https://www.ifo.de/en/press-release/2024-03-13/more-poverty-risk-leads-more-votes-right-wing-extremists>. Acesso em: 17 out. 2025.

INSTITUTE FOR STRATEGIC DIALOGUE (ISD). *Populism and the Pandemic: How COVID-19 Boosted Far-Right Narratives in Europe*. London: ISD, 2022. Disponível em: <https://www.isdglobal.org>. Acesso em: 29 out. 2025.

INTERCOM.ORG.BR. Política migratória alemã. 2025. Disponível em: <https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/regional/22/3960/05092025201715681e8cfbb252b.pdf> . Acesso em: 14 nov. 2025

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). Carta IEDI n. 1039. São Paulo: IEDI, 2023. Disponível em: https://iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_1039.html. Acesso em: 15 out. 2023.

ISTOÉ DINHEIRO. **Deportações na Alemanha crescem 20% em 2025.** 2025. Disponível em: [https://istoedinheiro.com.br/deportacoes-na-alemanha-crescem-20-em-2025#:~:text=N%C3%BAmero%20de%20pessoas%20repatriadas%20at%C3%A9,s%C3%A1bado%20\(25%2F10\)](https://istoedinheiro.com.br/deportacoes-na-alemanha-crescem-20-em-2025#:~:text=N%C3%BAmero%20de%20pessoas%20repatriadas%20at%C3%A9,s%C3%A1bado%20(25%2F10)) . Acesso em: 14 nov. 2025.

KATZENSTEIN, Peter J. (org.). *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*. Columbia University Press, 1996.

KOSINSKI, Daniel Santos. A Alemanha e a integração monetária europeia. 2019. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/images/IE/PEPI/teses/2019/Daniel%20Santos%20Kosinski%20.pdf>. Acesso em: 20 out. 2025.

KROTZ, Ulrich; SCHILD, Joachim. *Shaping Europe: France, Germany, and Embedded Bilateralism from the Elysée Treaty to Twenty-First Century Politics*. Oxford University Press, 2013.

LANGENBACHER, Eric. Does collective memory still influence German foreign policy? The Brown Journal of World Affairs, Washington, DC, v. 20, n. 2, p. 55-71, spring/summer 2014.

LANGENBACHER, Eric. The Mastered Past? Collective Memory Trends in Germany since Unification. German Politics and Society, vol. 28, no. 1, 2010.

LE MONDE. Élections législatives 2022: le Rassemblement National obtient un score historique et entre en force à l'Assemblée nationale. Le Monde, 20 jun. 2022. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/> Acesso em: 18 out. 2025.

LEMKE, Christiane. Right-wing populism and international issues: a case study of the AfD. *German Politics and Society*, v. 38, n. 2, p. 90-108, 2020.

Mayer, N. (2008). The normalisation of the National Front in France. In D. Albertazzi & D. McDonnell (Eds.), *Twenty-first century populism: The spectre of Western European democracy* (pp. 131–145). New York: Palgrave Macmillan.

MÉNY, Yves; SUREL, Yves. Par le peuple, pour le peuple: Le populisme et les démocraties. Paris: Fayard, 2000.

MINISTÈRE DE L'EUROPE ET DES AFFAIRES ÉTRANGÈRES. *France and Germany: United for a Stronger Europe in the Face of the War in Ukraine*. Paris/Berlin: Joint Statement, 22 Jan. 2023.

MORANO-FOADI, Sonia; VICKERS, Lucy. *Fundamental Rights in the EU: A Matter for Two Courts*. Oxford: Hart Publishing, 2015.

MORAVCSIK, Andrew. The Choice for Europe: Social Purpose and State Power from Messina to Maastricht. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

MUDDE, Cas; ROVIRA KALTWASSER, Cristóbal. *Populismo: uma breve introdução*. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.

PARLAMENTO EUROPEU. (2021). Approval of the Own Resources Decision. Recuperado de <https://www.europarl.europa.eu/news/en/press-room/20210210IPR96304/own-resources-decision-approved> acesso em 30. out. 2025.

PARLAMENTO EUROPEU. Relatório sobre a consciência histórica europeia. Estrasburgo, 2023. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/A-9-2023-0402_PT.html. Acesso em: 27 out. 2025.

REINERS, Wulf; TEKIN, Funda. Taking refuge in leadership? Facilitators and constraints of Germany's influence in EU migration policy and EU-Turkey affairs during the refugee crisis 2015-2016. *German Politics*, London, v. 29, n. 1, p. 115-130, 2020.

REVISTA FACULDADE DE DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA. Políticas migratórias e seus impactos. 2017.

RISSE, Thomas. *A Community of Europeans? Transnational Identities and Public Spheres*. Cornell University Press, 2010.

ROCHA, Armando L. S. “We, the people(s)”: O estatuto de cidadania europeia. *Direito & Justiça*, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 148-174, 2021.

SIGONA, Nando; CERA, Paolo. *Borders, Migration and Citizenship in Europe*. London: Routledge, 2014.

SCHMIDT, Vivien A. *Democracy and Legitimacy in the European Union Revisited: Input, Output and 'Throughput'*. Political Studies, v. 61, n. 1, 2013.

SCHMITTER, Philippe C. A experiência da integração europeia e seu potencial para o futuro. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/DFfhMRRsrb4RD5mKPY3WtXr/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025.

SCHUMAN, Robert. The Schuman Declaration. Paris: European Union, 9 May 1950.

SILVA, Jessica. *The Rise of Populist Right-Wing Parties in France*. 2018. PDF

SKY NEWS. Germany's far-right AfD party set to win state election for first time. Sky News, 2 set. 2024. Disponível em: <https://news.sky.com/story/germany-far-right-afd-party-set-to-win-state-election-for-first-time-13207930>. Acesso em: 20 out. 2025.

STOCKEMER, Daniel. *The Front National in France: Continuity and Change Under Jean-Marie Le Pen and Marine Le Pen*. Cham: Springer, 2017.

TRATADO DA UNIÃO EUROPEIA. Art. 9.º. Versão consolidada 2016. Jornal Oficial da União Europeia, C 202 (7 jun. 2016). Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/eli/treaty/teu_2016/art_9/oj/por. Acesso em: 27 nov. 2025.

Tratado de Maastricht. Parlamento Europeu. <https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/maastricht-treaty> Acesso em: 05/10/2025.

TRAUNER, Florian. Asylum policy: the EU's "crises" and the looming policy regime failure. *Journal of European Integration*, v. 38, n. 3, p. 311–325, 2016.

The Economist. (2023). *France's far right is shaping Europe's political future*. Retrieved October 29, 2025.

Tribunal de Contas Europeu. (2025). Relatório Especial 10/2025: Implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Recuperado de https://www.eca.europa.eu/ECAPublications/SR-2025-10/SR-2025-10_PT.pdf

VOLPINI, Carla. A Cidadania da União Europeia: uma nacionalidade incompleta. 2011.

Von der Leyen, U. (2020). State of the Union Address. Recuperado de https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/SPEECH_20_940.

WENDT, Alexander. *Social Theory of International Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999